

ACTA N.º 02 /07

Aos vinte sete dias do mês de Abril de dois mil e sete, pelas vinte e uma horas e trinta cinco minutos, reuniu, no Auditório Municipal, sito na Av. José Henriques Vareda, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto um** – Ano Europeu da igualdade de Oportunidades para Todos;
- Ponto dois** – Novo Mercado Municipal da Marinha Grande – Cristal Atrium – Relatório e Avaliação;
- Ponto três** - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para o XVII Congresso da ANMP;
- Ponto quatro**- Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e Respectiva avaliação relativo ao ano de 2006;
- Ponto cinco** – Documentos de Prestação de Contas relativas o ano de 2006;
- Ponto seis** – Actividade Camarária/Informação Financeira.

O **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à sessão pelos pedidos de substituição da deputada da CDU, Alice Marques que foi substituída pelo deputado Albino Paulo; do PS, os deputados Osvaldo Castro, Catarina Castro e Isabel Ferreira foram substituídos respectivamente pelos deputados Pedro Constâncio, Filipe Gomes e Maria Jesus Duarte.

De seguida fez referência ao correio recebido e que estava à disposição de quem o quisesse consultar. Destacou uma informação da ANMP sobre a taxa de gestão de resíduos sólidos numa tentativa de fazer repercutir aos produtores, 2 € por tonelada.

Informou que recebeu de 14 instituições marinhenses um pedido de uma reunião com a Assembleia Municipal sobre o serviço de atendimento permanente SAP. Referiu que vai convocar essa reunião, já subscrita por 16 instituições, colectividades, grupos diversos.

Informou que a Assembleia somente iria discutir os primeiros 3 pontos da ordem de trabalhos, ficando os restantes agendados para a próxima sessão, informando o público presente que não lhe iria dar palavra que, como é habitual, só lhe é concedida no fim da próxima sessão, pedindo desculpa, pelo facto mas que não abandonassem a Assembleia Municipal, permanecendo nos seus lugares.

Posto isto, propôs que o 1º ponto da Ordem de Trabalhos fosse discutido antes da ordem do dia, para evitar que a Dr.ª Lurdes Ferreira representante da estrutura da missão do Ano Europeu da Igualdade de oportunidades, vinda de Lisboa, perdesse tanto tempo até aguardar a sua participação.

O deputado do PS, **Telmo Ferraz**, disse que a Dr.ª Lurdes Ferreira podia fazer a sua intervenção, mas sugeriu que de seguida se discutisse o ponto de antes da ordem do dia e só depois na altura própria, a discussão do 1º ponto de acordo com a ordem de trabalhos.

O **Presidente da Assembleia** esclareceu que a sugestão do deputado Telmo Ferraz era propor que não se alterasse a ordem dos pontos, só que não fazia sentido uma vez que a Dr.ª Lurdes Ferreira estava disposta a responder às questões. Neste sentido, questionou se mais algum deputado colocava inconvenientes na alteração da ordem dos pontos. Visto nenhum deputado se opor, iria proceder da forma proposta.

Seguidamente passou à votação da Acta nº 04/06, resultando a sua aprovação por maioria com 5 abstenções por ausência.

O deputado **Telmo Ferraz** interveio para dizer que se estava perante uma ilegalidade e que não havia razão para a Câmara Municipal ainda não ter disponibilizado meios para que as actas de acordo com a lei, fossem discutidas e aprovadas imediatamente na sessão a seguir porque um ano e dois meses depois de uma sessão a que a acta se reporta dificilmente algum deputado se recorda dos assuntos que foram tratados.

O **Presidente da Assembleia** informou o deputado que já estavam criadas condições para que este serviço das actas comece a avançar com alguma rapidez.

PONTO UM – ANO EUROPEU DA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA TODOS

A Dr^a **Lurdes Ferreira** saudou todos, dizendo que era com muito gosto que estava presente em representação da estrutura de missão do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidade para Todos. Disse que o Ano Europeu foi criado pela União Europeia, decisão nº 771 de 17 de Maio de 2006, que tem como objectivo sensibilizar a população para os benefícios de uma sociedade mais justa e solidária através da promoção da igualdade e da não discriminação onde se ofereça a todas as pessoas independentemente do sexo, origem racial ou étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual das mesmas oportunidades. Em Portugal foi criado através de uma resolução do Conselho de Ministros na dependência do Ministro da Presidência, do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social. Esta estrutura é composta por representantes da comissão para a igualdade e direitos das mulheres, pelo auto comissariado da emigração e minorias étnicas, pelo Instituto português da juventude, pelo secretariado nacional da reabilitação e integração das pessoas com deficiência, pelo Instituto de emprego e formação profissional, pelo Instituto de segurança social e pela coordenadora do plano nacional de acção para a inclusão.

A União Europeia definiu que este Ano teria como objectivos fundamentais:

- Sensibilizar as pessoas para o direito à igualdade e à não discriminação independentemente da origem e das diversas discriminações.
- Representação na sociedade para terem voz activa daquilo que são os seus problemas.
- Reconhecimento das pessoas e a diversidade trazendo mais valia à sociedade.
- Respeito e não discriminação em função do género, sexo, orientação sexual, deficiência, crença, religião origem ou etnia.

Realçou que esta missão tenciona levar tudo aquilo que é mensagem deste Ano Europeu a todos os 308 concelhos do país ou Assembleias Municipais, e é fundamental que as pessoas a nível local se pronunciem sobre situações concretas e particulares e a melhor forma de o fazer é a partir do próprio Poder Local, ao nível da Assembleia Municipal com a participação da Câmara Municipal, das Juntas de Freguesia e depois se acharem por bem com os outros actores locais, essencialmente com as Associações, Empresas e outras organizações. Referiu que nessas Assembleias Municipais para além de discutirem e debaterem o Ano Europeu e as diversas discriminações, pretendem que surja algum documento ao nível de recomendação, moção ou de declaração de princípios. Acrescentou que era de competência da própria Assembleia Municipal, a forma de organização do documento, mas que, depois possa no final do ano ser

compilado e entregue à Assembleia da República e ao Governo com recomendações e como acções a seguir e a desenvolver.

Referiu que existem os prémios regionais da igualdade, da diversidade e de boas práticas que têm como objectivo dar visibilidade a nível local, dos distritos que vão ser premiados. Estes prémios regionais são desenvolvidos em colaboração com os Governos Regionais, Cívicos e a nível das Escolas. Realçou que era fundamental o combate à discriminação logo na educação das crianças, e que estava a ser desenvolvido através do Auto Comissariado para a Emigração e minorias étnicas “o prémio da minha escola contra a discriminação”.

Informou que existe o site www.igualdades2007.com.pt em que se podem ver as acções que estão a decorrer e alguns documentos importantes.

Referiu que para além deste plano nacional de acção existe um plano aberto que é o envolvimento de toda a sociedade pública ou privada participando através de iniciativas, algumas delas inseridas dentro dos seus próprios planos de actividades outras criadas e planeadas exactamente para o Ano Europeu. Salientou que esta estrutura de missão dá apoio a essas organizações e iniciativas e pretende que no fim do ano Portugal seja exemplo em termos de resposta do que foram as actividades desenvolvidas no âmbito do Ano Europeu.

Posto isto informou que estava à disposição para qualquer esclarecimento.

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção da Dr^a Lurdes Ferreira. Sugeriu que fosse nomeada uma Comissão para reunir com as Instituições e com todos os membros da Assembleia que quiserem. Salientou que essa comissão elaborará um documento com as medidas que entenderem propor e virá posteriormente a uma nova Assembleia Municipal.

Questionou se o prémio regional era apenas um por distrito, ou um para a sociedade Civil e outro para as escolas.

A Dr^a **Lurdes Ferreira** esclareceu que para as escolas havia um outro prémio, para a turma ou escola que faça trabalhos, actividades de combate à discriminação ou campanhas de sensibilização. O prémio da equipe vencedora será a visita à UNESCO em Paris. Depois há os prémios regionais por distrito para as empresas que são as menções honrosas e para a Sociedade Civil num valor pecuniário de 2.500€.

O **Presidente da Assembleia** acrescentou que na semana de educação que decorre entre 8 a 12 de Maio no pavilhão das actividades, vai estar exposto um painel sobre estas matérias.

O deputado **Telmo Ferraz** disse que infelizmente as oportunidades e a igualdade ainda não são para todos, por conseguinte este tipo de projectos tem necessariamente que ser mais do que apenas um slogan, tem que resolver as desigualdades que estão na nossa sociedade e dar oportunidades a todos. Referiu que este projecto é extremamente importante e que as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal têm que ter uma atitude de liderança e levarem este projecto por diante. Salientou que a Assembleia Municipal poderá fazer uma reunião alargada a diversas Instituições, em que os deputados podem participar e dar algumas ideias, mas terá que haver alguém que lidere este processo.

O **Presidente da Assembleia** evidenciou a deficiência sendo uma das muitas questões que não contribuem para a igualdade. Por exemplo, os difíceis acessos aos edifícios, a

colocação de sinais nos passeios que não permitem que circulem regularmente. Neste sentido, terá que haver recomendações à autarquia nestes aspectos, mudança de sinais, rampas, não esquecendo que tudo isto tem custos. De qualquer forma pretende-se elaborar um documento que contemple a visão do que se vai recolhendo, através da população e desta Assembleia Municipal.

A Dr^a **Lurdes Ferreira** disse que relativamente à questão das acessibilidades, há uma directiva da União Europeia que obriga os edifícios nomeadamente os públicos, terem em conta essa questão. Informou que está aberto até meados do mês de Maio um programa da União Europeia que se chama “Progress” e pretende dar continuidade aos objectivos do Ano Europeu, e coincide com a campanha da União Europeia e do Conselho da Europa (Todos diferentes, todos iguais). Referiu que na Câmara de Lisboa foi criado um grupo que recebeu formação de língua gestual, para quem lida diariamente com o público. Disse que se a autarquia aprovar um projecto que tenha em conta a acessibilidade para as pessoas com deficiência e se isso for uma prática geral de igualdade formal, passará também a ser real.

O deputado do BE, **José Rodrigues**, referiu que apesar dos progressos já conseguidos a nível Europeu na eliminação da discriminação, e na promoção da igualdade de oportunidades muito há ainda a fazer. Disse que toda e qualquer legislação por mais elaborada que seja, terá que ser traduzida em acções de longo prazo por uma vontade política e amplamente apoiada pela população. Realçou que o Ano Europeu da igualdade de oportunidade para todos deverá promover uma sociedade mais coesa e fazer circular no conjunto da população a mensagem de que todas as pessoas independentemente do sexo, origem racial ou étnica, religião ou crença, deficiência, idade e orientação sexual têm direito à igualdade de tratamento.

Referiu que o orçamento previsto para o Ano Europeu de 2007 no período de 1 de Janeiro de 2006 e 31 de Dezembro de 2007 era de 15 milhões de euros. Questionou se este dinheiro é gasto apenas na publicidade da televisão e nos cartazes espalhados pelo país.

O deputado da CDU, **Artur Marques**, fez um reparo à falta de sensibilização dos próprios Governos Europeus. Na sua opinião uma campanha honesta sobre esta situação deve começar pelos Governos, porque vêem-se mudos e calados, por exemplo em relação à guerra no Iraque em que são assassinadas as populações e em África milhares e milhares de crianças e mães morrem de fome. Disse que tinha algumas dúvidas que estes 15 milhões de euros vão ter alguma finalidade objectiva e concreta sobre o direito à igualdade das populações no mundo, e que não seja mais uma vez para branquear a política do oposto de todos os Governos na sua maioria esmagadora desta Europa, quando se permite que o capitalismo esteja mais selvagem com a globalização e com todas as diferenças sociais. Saliu que a presença da Dr^a Lurdes Ferreira nesta Assembleia Municipal os orgulhava muito e iam-se empenhar nesta campanha. Realçou que não podia deixar de fazer um reparo de se gastar tanto dinheiro e continuar haver tantas injustiças sociais neste mundo.

A Dr^a **Lurdes Ferreira** evocou a importância do conhecimento da legislação porque muitas das pessoas não conhecem os seus direitos.

Relativamente ao orçamento dos 15 milhões de euros em termos globais são para a União Europeia, para Portugal são apenas 575 mil euros, e desse valor só é concedido à

missão uma parte porque a outra pertence ao Estado Português. Dado que uma campanha publicitária é extremamente cara e a nível das empresas não há qualquer benefício têm que recorrer ao apoio do Mecenato.

Reconhece que há problemas horríveis a nível mundial, basta pensar na diferença de tratamento entre homens e mulheres e através do seu contributo e do que é a sua competência tentam minimizar alguns dos efeitos negativos que existem na nossa sociedade. Salientou que esperam que o empenho não fique só em questões de direito formal, mas também em questões concretas como a deficiência. Realçou a orientação sexual que é uma questão difícil

de abordar, sendo um tema preocupante porque as pessoas são altamente discriminadas e todos têm direito à sua opção de vida.

O deputado da CDU e Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande, **Francisco Duarte**, disse estar habituado a Anos Europeus, Dias Mundiais e os resultados não são tão palpáveis como se desejaria. Salientou que na Marinha Grande existe um problema muito difícil de resolver com membros da etnia cigana, não tanto nos meios para acudir à situação mas pela falta de sensibilidade das populações para tratar deste problema. Disse que na sua opinião era importante que estes Anos Europeus funcionassem com menos seminários, menos realizações entre instituições e mais no campo da acção. Realçou que o direito à igualdade é para todos, mas para que isso aconteça terá que haver sensibilidade e que a população esteja preparada para tal acontecer.

O **Presidente da Câmara** mostrou-se disposto a acompanhar e apoiar todas as acções que vierem a ser realizadas com estes fins.

A Dr^a **Lurdes Ferreira** disse que conjuntamente com o Alto Comissariado podiam sugerir algumas iniciativas a ciganos de outras zonas do país trazendo também um bocadinho do que é a prática deles. Dado que a população cigana tem tradições muito conservadoras e fechadas, sendo uma comunidade com um grande peso na tradição em que as mulheres são mais reprimidas do que na sociedade em geral. Informou que no Seixal foi criada a 1^a Associação de mulheres ciganas com o apoio da comissão e já fizeram alguns trabalhos com a população cigana e com a população geral e os resultados têm sido bastante positivos. Dado que a integração da população cigana em determinadas zonas está a ser não só pacífica mas natural. Salientou que a comissão na viagem que faz ao longo do país pretende espalhar um pouco daquilo que conhece e trazer alguma esperança relativamente a esta mudança de mentalidades. Disse estar disponível para trazer algumas práticas principalmente ao nível da sensibilização.

Terminados os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia** mais uma vez agradeceu a intervenção da Dr^a Lurdes Ferreira.

Questionou os deputados se concordavam em nomear nesta Assembleia Municipal uma Comissão para acompanhar as reuniões com as instituições, e para elaborar um documento que posteriormente será aprovado numa nova Assembleia. Acrescentou que numa dessas reuniões terão que se divulgar o regulamento para que as pessoas, as empresas, instituições particulares de solidariedade e outras possam concorrer.

Dado que todos estavam de acordo, solicitou que cada partido indicasse uma pessoa para fazer parte dessa comissão.

Ficaram designados como representantes da comissão, os seguintes deputados da Assembleia Municipal:

Da CDU – Deputada **Susana Domingues**
Do PS _ Deputado **Rui Rodrigues**
Do BE - Deputado **José Rodrigues**
Do PSD – Deputado **Rui Verdingola**

Tomou assento na Assembleia Municipal pelas vinte duas horas e trinta minutos o deputado do PSD, Rui Verdingola.

O **Presidente da Assembleia** informou que ia convocar uma reunião com as instituições, e solicitou para que todos os deputados, Juntas de Freguesia e Câmara estivessem presentes.

Posto isto, anunciou que se encontravam abertas as inscrições para o período antes da ordem do dia.

O deputado da CDU, **Saúl Fragata** proferiu uma saudação que se encontra como anexo nº 1 à presente acta.

O deputado **José Rodrigues** proferiu uma saudação que se encontra como anexo nº 2 à presente acta.

O deputado **Telmo Ferraz** apresentou um documento intitulado “Cumprir Abril” que se encontra como anexo nº 3 à presente acta.

O **Presidente da Assembleia** esclareceu o deputado Telmo Ferraz que jamais lhe pedirá autorização para dizer o que entende, porque não foi isso que o 25 de Abril veio permitir. Realçou que não lhe faz qualquer diferença que o deputado fique chocado pois se não ficasse é que ficaria preocupado.

O **Presidente da Câmara** em resposta ao deputado Telmo Ferraz, disse-lhe que não tinha razão nenhuma naquilo que o acusa e contradiz-se, pois depois do 25 de Abril “nós temos o direito de pensar como queremos e interpretar nomes políticos e sociais, como é a nossa perspectiva política”, subscrevendo tudo o que disse, representando “a maioria do eleitorado do nosso concelho”. Salientou que quando intervém e está no exercício da gestão da Câmara não tem a pretensão de agradar a A, B ou C, ao contrário do que aconteceu no exercício dos executivos anteriores, onde foi discriminado “discriminação mais do que fascista”.

Dado que o deputado Rui Rodrigues queria interromper, o Sr. Presidente disse-lhe que já não era a primeira vez que uma Assembleia lhe retira o direito constitucional e consagrado na lei de responder quando é atacado pessoalmente. Disse que lhe cede o direito de discriminar as pessoas porque de facto o deputado sentiu-se atingido com um discurso que foi de acordo com a maioria do povo marinhense e agora não está a deixar que se defenda dos ataques que os deputados lhe dirigem. Frisou que isto não era de facto o espírito do 25 de Abril. Referiu que tinha muito mais a dizer em defesa de sua honra e dos ataques feitos pelos deputados do PS, mas o seu comportamento mais do que qualquer palavra responderá às acusações, e os eleitores do nosso Concelho saberão interpretar o seu comportamento e o deles.

O deputado **Telmo Ferraz** chamou a atenção ao Presidente da Câmara que o povo que representa como eleito é o povo do concelho da Marinha Grande em geral, e não apenas o que o colocou no executivo. Neste sentido, questionou se esse povo se revia naquilo que fez sair no site da Câmara Municipal.

O **Presidente da Assembleia** interveio para esclarecer o deputado Telmo Ferraz que a sua intervenção em alguns aspectos deveria ser discutida na actividade da Câmara e só o deixou continuar porque inseria-se num contexto mais abrangente do 25 de Abril e 1º de Maio.

O deputado **Telmo Ferraz** pediu desculpa e invocou o ponto 1 do regimento em que o período antes da ordem do dia se destina ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o município.

O deputado da CDU, **José Luís**, defendeu que este executivo desde que tomou posse procurou mover-se bem e repor as verdadeiras comemorações do 25 de Abril. Abordou outro problema relacionado com a saúde, atacando o Governo do PS pelas medidas que tem tomado, em relação ao encerramento dos SAP.

Afirmou que a CDU rejeita frontal e energicamente a decisão do encerramento do SAP da Marinha Grande a partir das 00 horas. Salientou que o Governo fechou maternidades porque não fazem 1500 partos por ano e os SAPs porque não atendem 25 utentes por noite, o que não diz é que por cada serviço público que encerra, surgem de imediato os privados a ocupar os espaços abandonados pelo Estado. Neste contexto, ampliar as lutas das populações contra a política de saúde é fundamental para a defesa do serviço nacional de saúde, por tal razão a CDU tudo fará em conjunto com a população e demais forças sociais do Concelho, para que o SAP funcione durante 24h.

Tomou assento pelas vinte e três horas o deputado do PS e Presidente de Junta de Freguesia da Moita, Álvaro Martins.

O deputado **Telmo Ferraz** em direito de resposta questionou o Presidente da Assembleia se entende que defender as populações é ter um serviço sem condições quando existe um a 10Km com todas as valências.

Chamou a atenção que o Governo PS decidiu encerrar apenas os serviços de atendimento permanente que atendem menos de 10 utentes por noite e não 25. Neste sentido, como o SAP da Marinha Grande atende 12 utentes por noite, não se prevê que seja encerrado.

O **Presidente da Assembleia** esclareceu o deputado que a informação que tinha é que todos iam ser encerrados.

O deputado **Artur Marques** em nome da Comissão que promoveu a homenagem a Adriano Correia de Oliveira, agradeceu a todos aqueles que ajudaram à sua concretização, à população da Marinha Grande, Moita, Vieira de Leiria, Juntas de Freguesia, Presidente da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara, vereadores em especial a João Pedrosa que deu apoio incondicional e pelos momentos que teve de abdicar do seu trabalho para apoio esta iniciativa.

O deputado **Saúl Fragata** comentou que saiu uma notícia no Correio da Manhã e na TVI, que em dezenas de concelhos os SAPs inclusive o da Marinha Grande iam encerrar e ninguém o desmentiu. Neste sentido, só quando a CDU fez uma nota à população e um cartaz é que o deputado Telmo Ferraz fez um artigo no jornal dizendo que não iam encerrar, mas foi avançando com a sua opinião de transformar o SAP no SA, serviço de atendimento sem P.

Reforçou que a população está à alerta, e não vai permitir o encerramento do SAP.

O deputado do PS, **João Cruz**, em resposta ao deputado Saúl Fragata disse que não percebia se estava ou não de acordo com o que Presidente da Câmara disse no discurso do 25 de Abril: “Alerta, atente-se na política de propaganda e manipulação que tem ao seu serviço os padrões dos grandes órgãos de comunicação social e até alguns pequenos, como eles vendem gato por lebre”.

O **Presidente da Assembleia** interveio para dizer se era alguma mentira o que o Sr. Presidente disse.

Relativamente ao encerramento do SAP, informou que tinha um pedido de uma série de colectividades e instituições que manifestam a sua preocupação pelas notícias publicadas da eventual intenção do Governo em encerrar o SAP da Marinha Grande. Neste sentido, propôs com o apoio das instituições subscritoras promover uma reunião com as forças sociais do Concelho no mais curto espaço de tempo possível, para discutir a situação e deliberar eventuais medidas a tomar.

Posto isto, anunciou que se ia passar à discussão do 2º ponto da ordem de trabalhos.

PONTO DOIS – NOVO MERCADO MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE - CRISTAL ATRIUM – RELATÓRIO E AVALIAÇÃO

O **Presidente da Câmara** anunciou que o documento posto à discussão, era um trabalho que a Câmara encomendou a uma equipa especializada, no sentido de avaliar os custos das obras necessárias para que o mercado possa funcionar. Dado que os técnicos da Câmara demonstraram não ter condições para o elaborar.

Todavia dada a polémica que o tema tem vindo a desenvolver ao longo destes 4 anos de vida deste imóvel, “só em juro já está num dinheirão” sem ter utilização nenhuma para a população do concelho. Solicitou colaboração e participação, críticas ou sugestões aos deputados para se encontrar a melhor solução definitiva para o problema.

O deputado **José Rodrigues** disse estarem perante um relatório de avaliação datado de Março de 2007, com fundamentações técnicas e legislação tal como todas as bancadas da Assembleia o solicitaram anteriormente. Na sua opinião chegou tarde mas foi bem-vindo, exige-se agora uma tomada de posição que sirva a população marinhense. Sugeriu que se deixassem de acusações uns contra os outros e fizessem uma discussão clara, séria e objectiva sobre o problema do mercado. Opinou que o mercado não tem condições de funcionamento, argumentando não servir claramente os interesses da população, foi uma má obra, um despesismo de dinheiro, não tem acessibilidades, parques de estacionamento, etc.

Questionou se valerá a pena gastar mais dinheiro para se fazer obras, sabendo que o mercado tem aspectos que não são solucionáveis. Realçou que esta obra é prova de uma

teimosia de autismo político e de uma política de facilitismo não espelhando qualquer respeito em defesa dos interesses dos munícipes.

O deputado **Saul Fragata** lembrou o alerta que fizeram desde o princípio, que era um negócio pouco transparente e à medida que ia desenvolvendo piorava. Referiu que os custos estão a rondar um milhão e quinhentos mil contos e mesmo assim não resolveria todos os problemas tais como o tráfego na rotunda, acesso de camiões à cave para abastecer os vendedores, os elevadores, etc.

O deputado **Telmo Ferraz** lembrou que a Assembleia Municipal é um órgão fiscalizador da Câmara, não é um órgão executivo.

O **Presidente da Assembleia** acrescentou, fiscalizador da acção da Câmara.

O deputado **Telmo Ferraz** retomou a intervenção dizendo que por vezes dava a sensação que a Assembleia Municipal é que tem que deliberar o que a Câmara deve fazer.

Chamou a atenção que não pediram à Câmara um relatório desta natureza com um custo de 5 mil euros, mas sim um relatório no sentido de avaliar os custos para pôr o mercado a funcionar. Os custos encontrados foram de dois milhões, trezentos e noventa e oito mil euros. Referiu que este relatório demonstra falta de credibilidade.

Fez referência a alguns pontos do referido relatório evocando alguns artigos da legislação em vigor, sobre a higiene dos géneros alimentares, vendas de carnes e pescado. Relativamente ao espaço de conservação a frio dos produtos e seu manuseamento deve possuir obrigatoriamente registos impressos de temperatura e humidade.

Afirmou que a maioria dos requisitos aplicáveis considerados por este estudo eram da responsabilidade dos operadores e não do proprietário do espaço.

Referiu que o Sr. Vereador Artur Oliveira disse na campanha eleitoral que se fosse eleito, o mercado ia continuar no mesmo local e mandava fazer obras para lhe dar maior dignidade porque a Marinha Grande merece mais e melhor. Neste sentido, este relatório dava indicações sobre a eventual e futura utilização que curiosamente era igual à opinião de quem o mandou fazer. Na sua opinião este relatório não deveria ser pago porque não corresponde ao que foi pedido pela Assembleia Municipal.

Realçou que a Câmara estando a dar credibilidade a este relatório não terá condições de cumprir todas as medidas evocadas para fazer outro mercado seja onde for. Sugeriu que a Câmara por uma questão de solidariedade pelos técnicos da Câmara que aprovaram este projecto devia pedir um contraditório do relatório, e depois se ainda assim concluir a desgraça apresentada deve pedir responsabilidade a cada um.

Salientou que este órgão autárquico é fiscalizador e não executivo, e está mais do que na altura do Presidente da Câmara decidir. Porque se for deliberado vender o mercado, basta que essa deliberação venha à Assembleia Municipal para lhe dar autorização “mas tome uma decisão”.

O **Presidente da Assembleia** fez um reparo ao deputado se tinha assim tanta competência técnica para pôr em causa um relatório feito por três técnicos experientes.

O deputado **José Rodrigues** em direito de resposta disse que segundo os dados que o deputado Telmo Ferraz tem da legislação não sabe qual estará certo. Questionou como

era possível o mercado funcionar se não existir área de recolha e conservação de resíduos sólidos, área de lavagem e desinfecção de material, rede água quente quer sanitária quer de desinfecção, etc.

Neste sentido não era necessário estar a analisar o relatório.

O deputado do PSD, **Pedro Silva**, disse que sem qualquer documento, parecer ou visita ao mercado já se previa a desgraça que veio a acontecer em relação à localização e agora também a da construção. Saliu que na visita ao mercado se detectaram 26 não conformidades que impediam a sua abertura, e foi dito que com obras de 10 mil a 15 mil contos se resolvia o problema, mas era evidente que para superar aquelas dificuldades era necessário um investimento muito maior. Hoje estavam a discutir 500 mil contos de obras, mas se fosse outro valor era irrelevante porque estavam a onerar uma coisa que não servia para o fim que foi construído. Realçou que se os técnicos da Câmara não tiveram competência para fazer o relatório, dificilmente a terão para fazer um contraditório.

Questionando os valores, a metodologia da análise, os próprios decretos de lei que estão a ser utilizados, se não cumprir a legislação de 1997, dificilmente cumprirá a de 2006 que cada vez é mais restritiva nestas áreas da higiene e do controle. Referiu que a posição do PSD relativamente a esta questão é que não tendo viabilidade a Câmara deve rapidamente tomar novos rumos em relação à utilização deste edifício.

Por fim, apresentou à mesa um requerimento com uma série de considerandos pedindo à Assembleia Municipal que diligencie junto do IGAT uma auditoria para se apurarem responsabilidades, que se encontra como anexo nº 4 à presente acta.

O **Presidente da Assembleia** informou que o requerimento tem prioridade na discussão e na votação. Questionou o deputado se não se importava de deixar continuar a discussão do ponto da ordem de trabalhos e no fim colocava o requerimento à votação.

O deputado **Pedro Silva** concordou que prosseguisse a discussão.

O deputado **José Luís** lembrou que a Câmara em 1999 veio dizer que não tinha meios próprios para a construção do mercado, era necessário encontrar uma parceria com uma entidade privada. Foi apresentada uma proposta por uma empresa que avaliou o custo do mercado por 433 mil contos e outra proposta em que pediu em troca parte do terreno onde está construído o mercado e um na praia da Vieira de Leiria com cerca de 8.800 m².

Neste sentido, fez-se o negócio porque era importante e necessária a construção do mercado, mas sempre defenderam a posição de um mercado tradicional com um só piso e não um mercado deste tipo com dois pisos.

Referiu que a Câmara deu o terreno onde se construiu o mercado e lá construíram-se 18 apartamentos, 25 escritórios, 54 lojas, 37 garagens, em que só as vendidas renderam cerca de 2 milhões e 200 mil contos, o valor do terreno 25% seria 500 mil contos, ficando assim o mercado pago. No terreno da praia da Vieira construíram-se 75 apartamentos que renderam 1 milhão e 800 mil contos, o valor do terreno 25% seria 420 mil contos. Dado que o valor dos terrenos que a Câmara deu ascendem a um milhão de contos, havendo assim um diferencial de mais de 560 mil contos. Neste sentido, seria bom apurar e ver para onde foi este dinheiro.

Em suma, o mercado foi avaliado em 433 mil contos e os bens dados em troca foram superiores a um milhão de contos.

Lembrou que a empresa promotora ficou em reformular o parque da Móbil, e construir um parque de 100 lugares no lado oposto à Abrigada. De facto nada disto foi feito e na escritura não constam essas obrigações.

Disse que denunciaram em conferência de imprensa que a empresa promotora foi juíza em causa própria, fez a avaliação dos terrenos à sua maneira, não houve concurso público, não houve transparência neste negócio, sendo ruinoso para o património público. Neste sentido, era vergonhoso vir evocar os mil contos de um estudo apresentado na Assembleia Municipal.

Posto isto, apresentou uma proposta que se encontra como anexo nº 5 à presente acta.

O deputado **João Cruz** disse que se revia mais na proposta do PSD, do que na da CDU, que ofende o bom-nome das pessoas lançando uma suspeição. Saliu que um deputado numa Assembleia Municipal tem competência e meios próprios para fiscalizar uma acção e não estar constantemente a falar do dinheiro, de negócios obscuros, etc. Opinou que era interessante os considerando que o PSD colocou no requerimento, para defesa do bom-nome ou não, e tirar as consequências dos actos praticados, nomeadamente os técnicos.

Relativamente ao estudo do relatório apesar de não se perceber se, se baseia na legislação actual ou não, se, se aplica ou não, mas houve um cuidado de fundamentar as opções apresentadas. Realçou que era estranho que um estudo destes tenha ido à Câmara e vindo à Assembleia com o nome de três técnicos e assinado apenas por um. Referiu que até ao ponto três apresenta uma linguagem técnica, a partir daí uma linguagem quase brejeira. Realçou que a Assembleia pediu um orçamento daquilo que estava mal e o que se obteve através deste relatório foi “m2 x o custo de construção” que dá o valor do custo médio de construção. Portanto isto não era um orçamento mas sim uma estimativa de custos grosseira, e os 5 mil euros era muito caro, mas se fosse um orçamento em condições até achava barato.

Referiu que não entende como é que o estacionamento do mercado segundo o estudo diz que é o parque da cerca, quando se tem o estacionamento da Móbil do outro lado da estrada.

Fez referência ao ponto 4.2 em que a solução alternativa, é alienar o mercado, mas então quanto custa o mercado novo? Disse que uma alternativa tem que vir fundamentada no custo que vai ter o novo mercado. Neste sentido não se sabe se o valor que o Sr. Presidente propõe vai chegar ou não para construir o novo. Saliu que o importante é saber quanto mais, é que a autarquia tem que investir.

Segundo o deputado uma solução de alternativa significa que se alienarmos este mercado dá “X”, temos que investir no novo e quando custa o investimento no novo?

O deputado do PS, **Frederico Barosa**, comentou que segundo os cálculos do deputado João Cruz até era fácil obter o custo do mercado, seria os 2 milhões de euros + “X”. Porque se neste mercado só se aproveitam as paredes, no novo mercado terá que se lá pôr as mesmas coisas, mais as paredes e o terreno, seria 2 milhões de euros + “X” + “Y”. Portanto para fazer obras no mercado que está a ser utilizado será os 2 milhões de euros + “X” das paredes que não se aproveitam.

Sugeri à Câmara que pedisse o contraditório do relatório aos técnicos que fizeram o projecto inicial do mercado.

O **Presidente da Câmara** informou que já o tinha solicitado.

O deputado **Saul Fragata** registou que o PS teve dois anos para abrir o mercado e não foi capaz, mais tempo do que aquele que a CDU tem de mandato.

O deputado **Pedro André** congratulou-se com o pedido do estudo do relatório independentemente da valia ou não, porque era importante ter dados concretos dos especialistas para poderem analisar e não tomar as decisões à “doc”, não era vir dizer como um membro da bancada PS “se fosse eu que mandasse o mercado tinha sido inaugurado e estava a funcionar contra tudo e todos”. Isto era sem pedido de Inspeção sanitária, Delegado de Saúde, Veterinário, de todas as entidades que têm que autorizar a abertura do mercado. Salientou que o PS estava a fazer precisamente sobre o documento o que o deputado João Cruz disse “suspeição”. Referiu que não vale a pena vir dizer quanto custa o mercado novo, porque custe o que custar este problema tem que ser resolvido, uma coisa não condiciona a outra, se o mercado novo custar 5 milhões de euros e não houver dinheiro não significa que se vá manter aquele mono a consumir dinheiro ao erário público e aos cofres da Câmara. Salientou mais uma vez que aquela situação tem que ser resolvida, tendo sido uma herança deixada pelo PS. Referiu que na segunda Assembleia já havia deputados que não queriam que se falasse na herança do PS, mas a verdade é que foi deixada pela Câmara anterior e agora tinha que ser resolvida.

Solicitou à Câmara que seja um bocadinho mais célere do que foi na apresentação deste documento, porque logo na primeira Assembleia Municipal pediu a elaboração de um documento que demorou um ano e meio a chegar, esperamos que a Câmara consiga, ter vontade política e capacidade para resolver este problema rapidamente.

O deputado **Telmo Ferraz** disse que não admitia que o deputado José Luís o acusasse de não ter vergonha na cara. Acrescentou que também tinha vergonha de se tratarem e defenderem assuntos na Assembleia que não são efectivamente os que defendem o Concelho da Marinha Grande e os munícipes enquanto contribuintes.

Relativamente ao deputado Saul Fragata disse-lhe que era verdade que o PS teve dois anos para abrir o mercado e não conseguiu mas por causa das providências cautelares citadas pelos senhores e outros que fizeram junto dos que não queriam pagar a licença de utilização do espaço que é de todos, porque se tivessem feito a transferência sem ter que pagar nada já estava aberto sem problema nenhum. Realçou que neste momento sem providências cautelares já estavam há quase dois anos com o mercado por abrir.

Congratulou-se com o requerimento do PSD e que a sua bancada iria votar favoravelmente, porque efectivamente é assim que pode deixar de haver suspeições.

Salientou que está mais que na altura do Sr. Presidente tomar uma decisão seja ela qual for. Caso seja deliberado vender o mercado, basta essa deliberação para a Assembleia lhe dar autorização, “mas tome uma decisão”.

Alertou o deputado José Luís para não se esquecer que foi a anterior Câmara CDU que tudo fez para não se comprar aquele espaço, e foi a Câmara PS que deu 50 mil contos por aqueles terrenos.

O deputado da CDU, **António Mendes**, começou por dizer que os deputados do PS se apoiam nas opiniões dos técnicos. Referiu que relativamente ao documento de avaliação do mercado não o ultimo mas o datado de 17/1/06, também havia técnicos a dar opiniões, e foi tratado pelas autoridades de saúde da Marinha Grande: Dr. Artur Felisberto- Delegado de saúde, Anabela Cruz - Técnica de saúde ambiental, Vítor Graça

- comandante dos bombeiros voluntários da Marinha Grande, Mário Silva –Adjunto do comando, Dr. Rui Vinagre – Veterinário Municipal. Este relatório nunca foi publicado. Recordou que na visita ao mercado disse ao Dr. João Paulo Pedrosa que seriam necessários mais de 100 mil contos para pô-lo a funcionar, mas a resposta do Sr. Vereador foi que com 10 mil contos se punha a funcionar. Neste sentido disse-lhe como era possível se já lá tinham gasto 40 mil que ainda não estavam pagos. Posteriormente o Sr. Álvaro Órfão, mandou publicar no jornal local que o mercado estava fechado porque o Presidente actual quer, dado que ele tinha a chave para o abrir.

Fez referência ao relatório de vistoria efectuado que diz: - apesar da fracção destinada a Mercado Municipal se encontrar concluída de acordo com o processo de construção nº 495/100 respectivas alterações (registo de entrada nº 4714/02 de 25/01), foi dado o parecer desfavorável da ARS (Administração Regional de Saúde) e do Veterinário Municipal, o espaço não reúne condições para ser utilizado como Mercado Municipal. Salientou que este parecer era dos responsáveis técnicos da nossa terra e se eles não os respeitavam, portanto a situação era igual.

Chamou a atenção que o mercado da resinagem não tem condições há 12 anos não é de agora. Lembrou que numa Assembleia onde foi discutida a forma de passarem os vendedores para o mercado novo, houve uma proposta da bancada da CDU, para que fossem facultados alguns meios dando alguns benefícios às pessoas que estavam ali à mais tempo, e a resposta do deputado Rui Rodrigues foi “mas vocês querem tornar o negócio ainda mais ruinoso”.

O **Presidente da Assembleia** anunciou que não tendo mais inscrições, ia colocar o requerimento e a proposta que era mais uma recomendação à votação.

A 1ª Secretária, **Susana Domingues**, passou à leitura do requerimento apresentado pela bancada do PSD, que se encontra como anexo nº 4 à presente acta.

O deputado **Rui Rodrigues** opinou que o último parágrafo vem para além da proposta terminando assim na última alínea.

O **Presidente da Assembleia** questionou o deputado Pedro Silva se poderia retirar o último parágrafo.

Dado que o deputado concordou, o requerimento foi colocado à votação resultando a sua aprovação por unanimidade.

A 1ª Secretária, **Susana Domingues**, passou à leitura da recomendação apresentada pela bancada da CDU, que se encontra como anexo nº 5 à presente acta.

Foi aprovada por maioria com **10** votos contra, **14** a favor e **0** abstenções.

O **Presidente da Câmara** referindo-se ao mercado novo disse que do seu ponto de vista os objectivos foram atingidos, porque se ouviram os deputados e as suas opiniões sobre as dificuldades que existem para reclamar e das diversas intervenções que fizeram acerca do documento, salientando que a Câmara nunca se demitiu de assumir as suas competências e responsabilidades, “só que, se os Srs. deputados não tornassem isto tão polémico, seria muito mais fácil, por isso nos obrigou a rodear-nos dos máximos cuidados e cautelas para não virmos a ser acusados de coisas que não tínhamos culpa”. Lamentou o arrastamento do caso e pedindo desculpa à população, que de facto “não merecia este crime cometido contra ela”. Informou que o empreiteiro está a exigir custos

dos trabalhos executados a mais, contestaram, e eles já assumiram que uns são devidos e outros não. Por outro lado alguns dos argumentos levantados pelos deputados “carecem de alguns esclarecimentos”, referindo alguns documentos que estavam na sua posse, lendo uma informação dos serviços jurídicos, para exemplificar que de facto o novo mercado “ não tem condições para funcionar”:

Na sequência da vistoria efectuada no passado dia 17 de Janeiro de 2006 ao mercado municipal foi declarado pelo Sr. Veterinário Municipal e Sr. Delegado de Saúde que não tinham até àquela data sido chamados em prenuncia relativamente ao projecto do mercado municipal. Paralelamente ao relatório da vistoria conjunta foi por aquelas entidades apresentado um relatório de vistoria sanitária datado de 18 de Janeiro de 2006, o referido relatório concluído no processo de licenciamento do mercado se encontra ferido de ilegalidade por não ter havido apreciação prévia do projecto nem pelo Delegado de Saúde nem pelo Veterinário Municipal, sendo portanto desfavorável o relatório e enunciando uma série de deficiências que do seu ponto de vista padece o mercado. No entanto apesar de serem várias as considerações, o parecer daquela entidade não vem fundamentar legalmente como lhe cumpria de acordo com a lei e o carácter vinculativo ou não dos pareceres, dependendo sempre e em parte da sua fundamentação legal, nomeadamente no artigo da legislação, de carácter vinculativo na medida em que demonstra a necessidade da aplicação pelo que face ao acima exposto, entendemos que deverá ser solicitado aos técnicos da saúde.

Referiu que a ARS veio dizer que as escadas de acesso aos diferentes andares não são suficientemente arejadas e iluminadas, o angulo de iluminação das escadas é muito grande, a largura dos lancis é muito pequena para a frequência a que se destina, as escadas não estão estruturadas de maneira funcional e de modo a permitir o fluxo fácil da população, deveriam estar colocadas a meio do espaço e deveriam haver escadas de emergência em pontos adequados, a escada rolante só dificulta a circulação da população em virtude de ser única, o corredor de acesso às instalações sanitárias não se encontra suficientemente desimpedido porque está ocupado por bancadas em cerca de um terço do rés-do-chão e a todo o comprimento no 1º andar, e deveriam estar isolados do resto do mercado. As instalações sanitárias não têm iluminação nem ventilação natural e ficamos na dúvida se existe um outro tipo de ventilação. Não deveriam existir tectos falsos por constituírem um risco de acumulação do lixo e infestantes, a cor de sinalização das placas de saída não estão de acordo com a legislação, as saídas de emergência têm a largura insuficiente e são mal localizadas, não existe iluminação. Além de todas as razões atrás evocadas, este processo de licenciamento do mercado municipal encontra-se com ilegalidades suficientes para o reprovar, por não ter havido apreciação prévia do projecto nem pelo Delegado de Saúde nem pelo Veterinário Municipal, pelo que na presente situação o nosso parecer é inteiramente desfavorável.

Frisou que a Câmara não teve pretensão nem intenção de se demitir das suas competências pelo facto de trazer o relatório à Assembleia Municipal. Salientou que se este assunto não tivesse gerado discussão e os colegas vereadores do PS não tivessem abandonado a reunião de Câmara teria vindo à Assembleia um outro tipo de solução. Admitiu que o relatório chegou tarde, porque um trabalho destes que não aparece todos os dias e não estava nas expectativas encontrar uma situação destas e os próprios técnicos da Câmara se sentiram incapazes de elaborar o trabalho. Mas este relatório na realidade era um contraditório do que já tinham dito outros técnicos, o Veterinário, o representante dos bombeiros e o Delegado de Saúde.

Realçou que o projecto padece até de situações mais graves porque nunca foi aprovado, e quando estava acabado já tinha caducado, há uma série de ilegalidades que fazem enfermar o projecto de falta de credibilidade e de legalidade.

O deputado **Telmo Ferraz** pediu esclarecimento ao Sr. Presidente sobre o que acabou de dizer “que se os vereadores do PS não se tivessem ausentado da reunião teria trazido à Assembleia Municipal uma proposta de solução”. Questionou se essa proposta de solução passava pela venda daquele património, se foi agendada atempadamente ou foi colocada naquele momento para ser discutida e votada.

O **Presidente da Câmara** informou que foi entregue a todos os colegas do executivo uma proposta que foi discutida.

O deputado **Telmo Ferraz** questionou se o Sr. Presidente acha que uma proposta dessa natureza como a venda de património, se coloca em reunião de Câmara para ser discutida e aprovada sem ser agendada atempadamente.

O **Presidente da Câmara** disse que isso era desculpa, porque são dezenas de propostas que já vão formuladas e depois são alteradas na discussão, algumas propostas pelo PS. Neste caso se já se perderam quatro anos com este problema mais duas semanas e ia à reunião seguinte, porque tem acontecido centenas de vezes.

Finda a discussão, o Presidente da Assembleia Municipal anunciou que se ia passar ao 3º ponto da ordem de trabalhos.

PONTO TRÊS – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA O XVII CONGRESSO DA ANMP

O **Presidente da Câmara** deu permissão para o Vereador do PS intervir.

O vereador **João Paulo Pedrosa**, esclareceu que os vereadores do PS não abandonaram a reunião, o que aconteceu foi que o estudo não era aquele que tinha sido combinado, “então dissemos que não o iríamos votar, fizemos uma declaração e dissemos que íamos sair durante 5 minutos para que esta proposta da venda do mercado possa ser discutida e votada pela maioria de 4 elementos da Câmara que estão presentes e no fim da discussão vão-nos chamar”. O que aconteceu é que passados 2 ou 3 minutos a secretária da reunião chamou e disseram que a reunião tinha sido suspensa e convocada para as 18h. Salientou que apenas se retiraram neste ponto para permitir a discussão e votação por parte da maioria da Câmara.

O **Presidente da Assembleia** referiu que é habitual a eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para o XVII Congresso da ANMP ser por rotação. Neste caso seria a vez do Presidente de Junta de Freguesia da Moita, **Álvaro Martins** e solicitou que aceitasse.

O deputado do PS e Presidente de Junta de Freguesia da Moita, **Álvaro Martins**, aceitou participar no XVII Congresso da ANMP.

De acordo com o terceiro ponto da Ordem do Dia, a Assembleia Municipal delibera proceder à “**ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA O XVII CONGRESSO DA ANMP**”, tendo sido eleito:

Álvaro Vicente Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Moita.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade com 24 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por unanimidade, com 24 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Que se encontra como anexo nº 6 à presente acta.

O Presidente da Assembleia Municipal informou que a sessão iria encerrar, prosseguindo no dia 16 de Maio de 2007 pelas vinte e uma horas, lembrando que faltava discutir os seguintes pontos da ordem de trabalhos:

Ponto quatro – Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação relativo ao ano de 2006;

Ponto cinco - Documentos de Prestação de contas relativos ao ano de 2006;

Ponto seis - Actividade camarária / Informação Financeira.

Antes de terminar a sessão, dirigiu a palavra ao público presente, informando que de acordo com o Regimento só podiam intervir após a discussão do último ponto da ordem de trabalho, por isso, teriam que o fazer na sessão seguinte, pedindo desculpas.

Por nada mais haver a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu por encerrada, pelas vinte e quatro horas e quarenta cinco minutos, a sessão, ficando designada como data para a continuação o próximo dia 16 de Maio de 2007.

--- --

Os trabalhos foram assim retomados no dia 16 de Maio de 2007, pelas vinte e um horas e trinta minutos, no Auditório Municipal, sito na Av. José Henriques Varela, dando continuidade à ordem de trabalhos constante da respectiva convocatória, sendo que se encontravam por discutir os seguintes pontos:

Ponto quatro – Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação relativo ao ano de 2006;

Ponto cinco - Documentos de Prestação de contas relativos ao ano de 2006;

Ponto seis - Actividade Camarária / Informação Financeira

O **Presidente da Assembleia** deu início à sessão, informando que o documento que distribuiu é um projecto texto sobre o preço do gás e das condições das indústrias enviado ao Primeiro-Ministro. Referiu que este documento lhe foi entregue pelos

Industriais da Cristalaria, que pedem o apoio da Assembleia Municipal para subscrever este texto. Informou que a Associação Industrial de Cristalaria já conseguiu apoio de várias entidades.

Posto isto, anunciou que ia dar início à discussão do 4º ponto da ordem de trabalhos:

PONTO QUATRO – INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO RELATIVO AO ANO DE 2006

O deputado **Telmo Ferraz** referiu que dado o inventário ser um documento muito extenso, era difícil fazer uma abordagem dele, seria mais para que os deputados tomassem conhecimento do que propriamente para ser discutido em Assembleia Municipal.

O deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria **Paulo Vicente** evocou o artigo 2º nº 3 alínea c) do regimento.

O **Presidente da Assembleia** disse que neste sentido estava apreciado o inventário.

Findas as intervenções e presente deliberação camarária de 19 de Abril de 2007 e “**INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO RELATIVO AO ANO DE 2006**”, cujo assunto constitui o quarto ponto da Ordem do dia e que aqui se dão por integralmente reproduzido para apreciação.

Nos termos do artigo 53.º, n.º 2, alínea c) da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal apreciou os referidos documentos.

Que se encontra como anexo nº 7 à presente acta.

De seguida anunciou que se ia passar ao 5º ponto da ordem de trabalhos:

PONTO CINCO – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2006

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que naturalmente a Câmara como é de lei e sua obrigação enviou a todos os deputados os documentos da prestação de contas.

Neste sentido, fez uma apresentação da evolução das contas da Autarquia no período 2003-2006, segundo os documentos que se encontram como anexo nº 8 à presente acta.

O deputado Pedro silva tomou assento nesta Assembleia pelas vinte duas horas e cinco minutos

O deputado **Telmo Ferraz** congratulou-se com a apresentação que demonstrava a evolução do trabalho da Câmara durante quatro anos.

Relativamente às contas, o PS iria aprovar porque em termos daquilo que elas documentam estavam extremamente bem apresentadas, muito claras. Salientou que se o ponto da ordem de trabalhos fosse aprovação de um ano de execução da Câmara Municipal, aí o PS não ia aprovar. Referiu que pela voz do Sr. Presidente que foi tão crítica e célere a dizer que a Câmara Municipal da Marinha Grande tinha sido deixada num autêntico descalabro financeiro, verificou-se o contrário através da apresentação feita.

Acrescentando que apesar disso o Sr. Presidente dizia que a taxa de execução dos executivos do PS era muito baixa, e agora veio dizer que a taxa de execução em 2003 foi de 59%, em 2006 foi de 41% e em 2005 foi 39%. Podendo concluir-se que o seu executivo trabalhou muito pouco. Sugeriu à Câmara para fornecer os quadros aos deputados, para os colocar no site da Câmara, assim como enviá-los para a comunicação social, sendo uma forma democrática com algum sentido de clareza para Câmara. Disse que se verifica que a Câmara poupa no apoio aos clubes, aos bombeiros, aos transportes, às crianças, nesta perspectiva vai chegar ao fim do seu mandato com muito dinheiro mas com muito pouco trabalho realizado no concelho da Marinha Grande.

Realçou que esta Câmara não se pode endividar mais, porque não tem projectos para se candidatar.

O deputado **José Luís** salientou que o ano de 2006 foi fortemente condicionado pela política económica do Governo, da oportunidade de redução do défice das contas públicas, penalizando os municípios em geral e o da Marinha Grande em particular. Referiu que as transferências correntes do Estado baixaram nos últimos anos, particularmente no ano de 2006. Tendo em conta a inflação, a redução é muito mais acentuada com uma subida na ordem dos 4%. Relativamente às receitas de capital demonstram uma quebra, e têm vindo a descer todos os anos e particularmente no ano de 2006 foram quase nulas.

Realçou que esta Câmara não pretende fazer como o PS, aumentar as receitas de capital à custa da venda do património ou recorrendo aos empréstimos bancários. Apesar de não poder porque está tapada, também não recebeu os fundos a que tem direito das obras que deveriam estar já executadas e não estão, porque o PS deixou um conjunto de obras que estavam financiadas encalhadas, e teve que ser esta Câmara a desencalha-las. Relativamente à despesa corrente subiu porque houve novas responsabilidades, resíduos sólidos e porque esta Câmara teve que pagar em 2006 muitas das obras executadas pelo PS em 2005. Não esquecendo que na primeira Assembleia Municipal a dívida a fornecedores ascendia a 2 milhões e 100 mil euros, e na Assembleia de Fevereiro de 2007 já era somente de 580 mil euros. Confirmou que as despesas com o pessoal foram reduzidas apesar dos pagamentos com os retroactivos, encargos para a ADSE, aumentos salariais, etc, que o PS não quis pagar e esta Câmara está a pagar.

Chamou a atenção que a grande fonte de receita são os fundos comunitários e que reduziram drasticamente. Realçou que apesar das dificuldades, a Câmara teve uma actividade que se espelha pelos arruamentos, na construção do centro empresarial, na requalificação do mercado da Vieira, na construção de cantinas escolares, na Ribeira das Bernardas e muitos outros melhoramentos e pequenas infra estruturas para a melhoria das populações. Salientou que esta Autarquia teve uma evolução positiva, com uma gestão mais rigorosa e os recursos melhor aproveitados.

O deputado **João Cruz** referiu que neste contexto percebe porque dizem que os números têm muitas interpretações, conseguem fazer de uma coisa muito má, transforma-la numa coisa que tentam que seja menos má. Salientou que nas despesas correntes se verifica um aumento de 2005 para 2006 de cerca de um milhão de euros. Verifica-se no quadro 21 da página 29 que aumentam na aquisição de serviços cerca de 946 mil 930 euros. Disse que sendo uma execução orçamental, deve-se contabilizar o que vem de trás, assim como o que se vai deixar para o futuro. Neste sentido, convidou a ler os parágrafos 2 e 3 da página 29 que apresentam os compromissos que vinham do passado e os que ficam para o futuro.

Dado que o Sr. Presidente da Câmara disse que a despesa com a educação subiu, convidou-o a ler a página 44 do quadro 34 e somar a rubrica 2.1.1 com a 2.1.2 e verificar que no ano 2005 a despesa foi de 1 milhão 507 mil euros e em 2006 foi de 1 milhão 186 mil euros, houve uma descida de 321 mil euros. Relativamente à cultura a descida foi de 443 mil euros. Neste sentido a Câmara poupa mas mal, dado que tira destas rubricas para depois gastar em aquisição de serviços “sem rei nem roque”. Referiu que entre o rácio da despesa corrente com a receita corrente se verifica que foi o pior rácio dos últimos quatro anos.

Em relação à intervenção do deputado José Luís que se congratulou com o aumento das vendas e prestações de serviço. Convidou-o a ler a página 69 no quadro 57 em que a venda de bens e serviços diminuiu 5 milhões 505 mil euros em 2005 e 5 milhões 323 mil euros em 2006. Na página 61, na decomposição dos custos e fornecimentos de serviços externos, a rubrica que mais aumentou foi a de artigos para oferta. Frisou que esta Câmara em 2006 cortou nos subsídios aos bombeiros voluntários 19 mil 500 euros em contrapartida gastou em t-shirts e bonés 19 mil e 900 euros.

Chamou a atenção que estava a analisar as contas da Câmara que é um órgão e não uma pessoa A, B ou C.

O deputado **Saul Fragata** disse concordar com a intervenção do deputado José Luís, dado que o ano de 2005 foi um ano de eleição e no ano seguinte foi um ajuste à realidade de quem vem para a gestão da Câmara e não tem conhecimento das situações, isto acontece com todos os executivos. Salientou que a Câmara do PS no que diz respeito aos endividamentos à banca, aos prazos de pagamento a fornecedores, não demonstrou uma imagem de credibilidade, de respeito e seriedade. Realçou que as contas e o relatório apresentado exprimem seriedade, rigor e competência.

O deputado **Pedro André** disse que relativamente à execução orçamental mantém-se nos mesmos níveis dos anos anteriores, mas já na altura a bancada do PSD manifestou-se contra, portanto vão voltar a fazê-lo. Lembrou o Presidente da Câmara e o executivo que na aprovação do orçamento para 2007 um dos argumentos, foi que estavam a tentar combater aqueles números inflacionados, pouco reais, e que o orçamento tem valores abaixo dos anteriores, esperando que daqui a um ano quando se estiver a votar os números de 2007 que a execução não se mantenha nos mesmos níveis. Manifestou preocupação, não concordando com o que disse o deputado José Luís em relação à gestão da Câmara, e uma das coisas que veio do governo do PSD foi um autêntico maná o aumento de impostos sobre o património, o IMI e o IMT, e o facto das receitas correntes terem aumentado não significa forçosamente que a Câmara esteja a ter uma melhor gestão, significa sim que o património é reavaliado e os cidadãos estão em alguns casos a pagar três, quatro, cinco vezes mais do que pagavam há uns anos atrás. De qualquer modo aprovar estas contas está dentro do espírito e filosofia que temos

mantido em relação ao primeiro ano da governação da Câmara. Deixou um alerta que de hoje a um ano isto terá que ser forçosamente melhor.

O deputado **Telmo Ferraz** chamou a atenção que durante muitos anos foram dizendo que os orçamentos apresentados eram inflacionados, e quando o executivo CDU começou o mandato disse que os ia desinflacionar e isso foi verdade. Se a taxa de execução foi de 59% em 2003 e 41% em 2006 sobre o orçamento, contradiz o que o deputado José Luís acabou de dizer que a Câmara durante 2005 trabalhou muito mal.

O deputado **Pedro André** em resposta disse que a principal razão para aprovarem as contas, é que o orçamento foi apresentado em Abril, e o ano de 2006 era um ano atípico e daí chamar a atenção para o orçamento de 2007, que tem que ser imputado totalmente a este executivo, e por essa razão é que disse que forçosamente a execução terá que ser superior.

O **Presidente da Assembleia** disse que não concorda com o deputado João Cruz quando disse que o Sr. Presidente da Câmara na educação subiu as despesas. Leu a página 11 onde diz que as funções sociais incluem a educação, habitação, ornamento do território, cultura e desporto, desceram 3,2 milhões de euros. Neste sentido a sua afirmação não parece muito correcta, provavelmente não estava muito atento. As rubricas dos fornecimentos e serviços externos baixaram 100 mil euros, e as dos sub contratos 150 mil euros de um ano para o outro. Relativamente aos artigos de oferta que o deputado disse que subiram, também desceram 5% passando de 41 mil 762 euros em 2005 para 39 mil 360 euros em 2006.

O deputado **João Cruz** disse que a questão é que vão saltitando entre o argumento que não é orçamental, e o que se pagou de trás, esquecendo o que se vai pagar no futuro relativamente ao orçamental, e quando não dá jeito o orçamental vão ao patrimonial e esquecem-se de dizer aos deputados que se estão a analisar outras contas e isso não lhe parece que dentro do domínio da seriedade deveria ter feito. Quanto aos artigos para oferta referente ao ano de 2005, sendo um ano de eleições, tinha provavelmente um valor atípico nesta rubrica porque em 2003 eram 10 mil 995 euros, em 2004 eram 24 mil 854 euros e em 2005 subiu para 41 mil 762 euros e em 2006 sem ser ano de eleições ficou pelos 39 mil 360 euros. Salientou que a sua preocupação e chamada de atenção tinha a ver com o ano de eleições.

O **Presidente da Assembleia** voltou a frisar que não foi correcto o deputado dizer que os artigos de oferta tinham subido e o rigor da sua afirmação obrigou-o a intervir.

O deputado **João Cruz** questionou de quantos anos era a página que o Presidente tinha em sua posse. Disse que era do conhecimento de todos que sobe em relação a dois anos e desce em relação ao ano de eleições que foi um ano atípico.

O deputado **Artur Marques** lembrou que alertaram o executivo do PS no seu mandato que a politica que estavam a utilizar não era a melhor para governar o Concelho da Marinha Grande. Os resultados em 2005 deram a derrota ao PS, e quando chegou a nova vereação, os gabinetes estavam completamente vazios, sem se saber onde estava um único documento. Portanto este tipo de intervenção era de uma grande hipocrisia, naturalmente haveria coisas que poderiam ser mais bem feitas, mas não podem é acusar

este executivo de não trabalhar, e não esteja ao lado dos mais desfavorecidos. Enquanto que o PS durante os 12 anos limitou-se a fazer politica de fachada em vez de uma politica de rigor, ao serviço dos munícipes e nisso não podem acusar este executivo.

O **Presidente da Câmara** agradeceu as palavras do deputado Telmo Ferraz, dado que as criticas que fez são resultado da sua posição pessoal e do PS.

Referiu que a taxa de execução foi o que os números deram, descem em 2005 cuja gestão não foram responsáveis porque os valores já vinham de trás e em 2006 começou a subir. Como disse o deputado Pedro André em 2007 se for mau se verificará, se for bom se justificará.

Em relação à intervenção do deputado Pedro André tomou boa nota.

Relativamente ao deputado João Cruz disse-lhe que era o responsável político, mas não o responsável técnico. Porque a execução técnica é dos técnicos responsáveis da Câmara com a desvantagem de que quando chegou já estavam todos recrutados e a lei não permite sequer modificar o quadro de pessoal. Neste sentido para lhe responder às questões técnicas “peço à senhora sua esposa que o faça que é a técnica e depois trago-lhe na próxima Assembleia como me permite a lei”

O deputado **João Cruz** interveio em defesa da sua honra, dizendo que desde o momento que falem na sua esposa na Assembleia se sente atingido. Disse que tem estado a tentar deixar passar algumas insinuações por parte do Presidente da Câmara dada a idade e o cargo que ocupa, mas quando usa não o nome da técnica mas o nome da sua esposa, teria que dizer alguma coisa. Porque quem cala consente, e ele não ia consentir. Caso não esteja satisfeito com o trabalho de uma técnica, faça o favor de a despedir, porque a lei permite. Salientou que uma coisa é não perceber, outra é querer fazer das coisas e das pessoas parvas. Questionou o Presidente se ouviu alguma crítica às contas que tivesse a ver com alguma questão técnica.

O **Presidente da Câmara** disse que se o deputado cumprisse a lei nem se podia referir legalmente a questões elaboradas pela sua esposa, tanto que era assessor da Câmara e para ser deputado da Assembleia Municipal teve que pedir a demissão.

Informou que estava disponível para responder a todas as questões que lhe colocassem mas tinha o direito por lei de não responder no dia e na hora que o deputado coloca as questões técnicas. Mas poderia pedir à Directora Financeira para responder às suas questões e posteriormente trazê-las à Assembleia de acordo com a lei.

O **Presidente da Assembleia** pediu para não entrarem em diálogo directo porque senão terá que interromper os dois.

O deputado **João Cruz** voltou a dizer que as contas não foram questionadas, apenas os números e se o Sr. Presidente não percebe isso, está no sítio errado.

Acrescentou que o impedimento sobre os cargos relativamente à Assembleia Municipal não se estende aos conjugues. Caso isso acontecesse ia-se embora tranquilamente, dado que não faz questão de estar presente na Assembleia.

Findas as intervenções e presente deliberação camarária de 19 de Abril de 2007 e “**DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2006**”, constituindo o quinto ponto da Ordem de Trabalhos e que aqui se dão por integralmente reproduzidos para apreciação e votação.

Depois de discutido o assunto supra referido e verificando-se que se encontra de acordo com a legislação em vigor, a **Assembleia Municipal, nos termos do art.º 53.º, n.º2, alínea c), da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apreciou e votou os referidos documentos por unanimidade, com 22 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.**

Mais delibera, nos termos do ponto 2.7.3.1 das Considerações Técnicas do POCAL, aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, aprovar a aplicação do resultado líquido do exercício de 2006, da seguinte forma:

- **5% sobre a forma de reservas legais, tal como estipula o ponto 2.7.3.5;**
- **o restante seja aplicado na conta 59 de resultados transitados**

com 22 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Nos termos legais e regimentais, procedeu-se à sua aprovação em minuta por unanimidade com 22 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

Que se encontra como anexo nº 9 à presente acta

PONTO SEIS – ACTIVIDADE CAMARÁRIA /INFORMAÇÃO FINANCEIRA

O deputado **Rui Rodrigues** informou que recebeu um convite subscrito pelo Sr. Presidente da Assembleia para uma reunião no dia 15 de Maio, e não poderá estar presente quando os convites são para o próprio dia ou dias anteriores. Recebeu também um convite da Câmara Municipal no dia 15 de Maio para um evento que já se tinha realizado no dia 12. Sugeriu que estes convites começassem a vir datados, para se saber quando são elaborados. Acrescentou que o convite para as comemorações do 25 de Abril, nomeadamente para os eventos do dia 21 de Abril foi recebido em 27 de Abril. Realçou que esta situação tem sido recorrente.

O **Presidente da Assembleia** interrompeu perguntando qual a data da carta.

O deputado **Rui Rodrigues** respondeu 8 de Maio e chegou a 15. Sugeriu que a Câmara reclamasse esta prestação de serviços aos CTT, porque está a acontecer recorrentemente, o correio não chega em tempo útil, nomeadamente em relação aos convites.

Questionou a Câmara sobre o problema dos acidentes no cruzamento da rua Manuel Dinis Parreira com a Rua Joaquim Tomé Feteira e a rua da Indústria.

Relativamente à resposta que o Sr. Presidente da Câmara deu ao deputado João Cruz referindo-se expressamente à sua esposa não era facto único, porque já em Assembleias anteriores o insinuou, sem se referir expressamente mas de forma pouco educada. Acusou o Presidente da Câmara de fazer uma gestão de merceeiro, do deve e haver, de mesquinhez, de perseguição e como se não bastasse agora veio falar da senhora funcionária da Câmara que tem responsabilidades na área financeira.

Referiu que foi reclamado um pagamento à Câmara Municipal, e o Sr. Presidente pediu um parecer à ANMP, esta deu o seu parecer favorável que foi emitido em Dezembro de 2006. Em 23 de Janeiro de 2007 os serviços perguntaram se podiam avançar com o pagamento. Resposta do Sr. Presidente da Câmara em despacho, informem a senhora que a Câmara está a apreciar o devido pagamento, quando já estava cabimentado.

Posteriormente a 30 de Janeiro por despacho do Sr. Presidente disse que o pagamento far-se-ia quando houvesse disponibilidade para o efeito. Neste sentido questionou se a Câmara tem em depósitos a prazo 1 milhão 950 mil euros, à ordem 304 mil euros, qual é o conceito de disponibilidade?

O deputado **Saúl Fragata** disse que era lamentável que houvesse deputados a fazer chamadas a pontos que estão ultrapassados e votados mal ou bem, com intervenções ou formulações boas ou más. Disse que se tem alguma coisa a reparar, não é certamente pela idade do Sr. Presidente da Câmara e se o faz e tem coisas más, é certamente por questões políticas, e não por falta de discernimento e conhecimento.

Solicitou aos deputados João Cruz e Rui Rodrigues que não fizessem intervenções de provocação, de falta de respeito e de educação, porque depois podem também levar com respostas que são politicamente menos correctas, porque quem diz o que quer ouve o que não quer.

Por fim, disse que também recebeu uma convocatória no dia 15 para uma Assembleia da AMLEI no dia 11, assim como documentos para apreciar chegam dois dias depois de se realizar a Assembleia. Salientou que teriam que tentar acautelar esta situação ou através do correio azul ou enviar uma semana antes.

Questionou a Câmara para quando estava previsto a intervenção na Rua da Industria.

O deputado **Telmo Ferraz** questionou o Presidente se mudou a forma de apresentar a folha da situação financeira, porque não constava nesta folha o resumo diário de tesouraria.

Referiu que a TUMG é uma empresa que pode e deve prestar serviços à comunidade, se for conseguida na sua gestão e execução dos seus planos para a qual foi criada. Salientou que no relatório verifica-se claramente que a TUMG é uma empresa que tem todas as condições para prestar um bom serviço à comunidade, aconteceu que houve duas votações, sendo a segunda para alterar a primeira que tinha sido a votação vencedora, ou seja de viabilizar a TUMG para poder continuar a prestar esse serviço. Neste sentido, demonstrava o tipo de actuação deste executivo, sempre que apanha uma pequena dificuldade, acaba com ela para não a resolver. Chamou atenção dizendo que o Sr. Presidente não pode acabar com uma empresa desta natureza, pode sim aprovar em reunião de Câmara essa proposta, que depois terá que vir à Assembleia Municipal para ser votada.

Por fim, disse que já tem todas as cópias da documentação sobre o problema da obra da moradia que foi embargada em São Pedro de Moel. Lembrou os deputados da oposição que fazem parte do conjunto dos órgãos autárquicos, que a obra deixou de estar embargada, mas votação que levou a que a ela pudesse continuar, foi dos quatro elementos do executivo da qual o vereador do PS João Paulo Pedrosa votou contra. Afirmou ainda que quando o Sr. Presidente diz que foi votado por unanimidade, foram os projectos de especialidade, mas segundo a lei estes documentos nem sequer precisam ir a reunião de Câmara, mas foram aprovados por unanimidade pelos quatro presentes e não elo vereador do PS.

O deputado **Pedro Silva** informou que houve um estudo recente da Universidade de Aveiro que indica que a qualidade do ar da Marinha Grande é a pior da zona centro. Questionou se a Câmara tem alguns dados e como os pretende monitorizar. No programa POLIS em que se previa um centro de monitorização ambiental e a existência de uma estação de qualidade do ar que fizesse o registo contínuo de alguns parâmetros,

porque a estação mais próxima está na Ervideira, mas também não quantifica a qualidade do ar que existe no concelho da Marinha Grande. Questionou se a Câmara pretende fazer mais alguma coisa do que esta campanha feita pelo centro tecnológico. Salientou a falta de estacionamento, dado que se retiraram 70 e tal no largo Elidio de Carvalho ficando com 18, criou-se um largo que não serve para nada. Não consegue perceber porque retiraram os estacionamentos da via pública e depois foram pedir a particulares para cederem os seus espaços para lá fazer estacionamentos. Penalizaram as ruas Machado Santos e Marquês de Pombal, cujos os resultados são deprimentes. Criaram um plano que só salvaguardou os edifícios bons que estavam habitados e os públicos. Salientou que era importante que estes Srs. que fizeram este crime económico, sejam identificados publicamente e venham dizer onde é que a penalização veio melhorar o comércio tradicional e o centro da Marinha Grande, havendo ruas onde não há uma única loja. Na sua opinião a rua Machado Santos é o exemplo da penalização do centro e da sua morte, mas as pessoas que fizeram isso vão tendo cobertura política para continuarem a fazer disparates. Disse que gostaria de saber o nome dessas pessoas, para que cada vez que feche mais uma loja, se saiba quem foi o causador deste crime.

O deputado **José Rodrigues** disse que a liberdade implica também responsabilidade, e cabe a cada um assumir as suas, porque algo vai mal nesta Assembleia Municipal. Frisou que mais uma vez se assiste ao não cumprimento da hora estabelecida na convocatória, o mesmo se aplica para o tempo determinado para uso da palavra na intervenção de cada um dos deputados, o que leva ao não cumprimento do regimento e que as sessões terminem às 24 horas para dar lugar à intervenção do público.

Referiu que no relatório feito por uma empresa sobre as contas da TUMG, diz que é um factor preocupante a manutenção da existência de uma frota de viaturas de mercadorias sem que a empresa esteja licenciada para o exercício dessa actividade. Neste sentido, questionou como era possível montar uma frota sabendo que a empresa nem sequer está licenciada? Disse que gostaria que o informassem se já esteve alguma vez licenciada, quem a licenciou e quem abriu esta empresa da TUMG.

Questionou a situação da escola da Vieira de Leiria. Informou que havia mais uma descarga do rio Lis, e como se ia resolver esta questão? Para quando a abertura do parque de campismo da Vieira, se alguma vez vão fazer obras lá ou se vai fechar para outros fins.

O **Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção do deputado especialmente em relação ao horário das sessões da Assembleia Municipal.

O deputado **João Cruz** disse que ia dirigir um requerimento escrito ao Presidente da Assembleia Municipal para junto da CCDRC pedir parecer sobre a sua situação nesta Assembleia, se era ou não ilegal.

Esclareceu que as suas palavras nem sempre são de crítica, também irão ter oportunidade de ouvir se alguma coisa se estiver a resolver. Relativamente à divisão de licenciamento das obras particulares, melhorou pois já mereciam saber quantos processos entraram, quais as deliberações tomadas pela Câmara na aprovação desses processos, permitindo assim saber se a Câmara está a conseguir recuperar ou não, e pelos números verificava-se que estava a melhorar. Quanto à TUMG, disse que a Câmara não tem capacidade de extinguir apenas de propor a extinção à Assembleia, que tem a competência de aprovar ou não.

Relativamente ao requerimento que fez a pedir as 10 maiores facturas, recebeu uma de 2006 que diz: missão à Holanda, resíduos sólidos, Fevereiro de 2006 com a participação de duas pessoas Sr. Artur de Oliveira e Eng. Pedro Massano de Matos, esta factura importa em 2 mil 715 euros. Neste sentido fez um requerimento verbal à Câmara para que lhe sejam endereçadas as conclusões desta missão à Holanda, para que todos os deputados possam ficar esclarecidos.

O **Presidente da Assembleia** solicitou ao deputado que fizesse esse pedido por escrito.

O deputado **Fernando Alves** questionou se estava resolvido o problema de carência de habitação na Marinha Grande, dado que no bairro social do Camarnal havia casas desabitadas a entrar em degradação, quintais cheios de ervas, vidros partidos, etc. Sugeriu que colocassem escalracho nos canteiros para o bairro ficar mais digno, porque a periferia também é Marinha Grande.

O deputado **Pedro André** antes de entrar no assunto propriamente dito, questionou a razão de alguns deputados do PS terem acesso a certos documentos que a generalidade dos deputados não tem. Salientou se os documentos que o deputado referiu foram todos requeridos, porque também gostaria de ter acesso a eles.

Relativamente à TUMG, apresentou um documento como recomendação para ser discutido e votado, que se encontra como anexo nº 10 à presente acta.

O deputado e Presidente da Junta de Freguesia da Moita **Álvaro Martins** questionou qual a situação do saneamento básico na Moita relativamente às zonas onde já estava feita a ligação ao emissário da Simlis, e se havia alguma previsão para fazer as baixadas rapidamente. Relativamente ao relatório de actividade, disse que havia uma referência aos levantamentos topográficos e piquetagem na rua do Pinhal na Moita. Questionou que trabalho era este e que rua, dado que na Moita não existe.

O deputado **Saul Fragata** disse que pessoalmente era a favor da extinção da TUMG, porque uma empresa que tem autocarros, escavadoras, terraplanadoras, tractores etc, e esquece a legalização e viabilizar alvarás, e ainda tem a trapalhada de gerir os parquímetros da cidade e os parques pagos. Salientou que vieram à Assembleia projectos de parquímetros e as propostas foram retiradas porque enfermavam irregularidades detectadas na própria Assembleia por alguém com conhecimento jurídico. A Marinha Grande é a única cidade que não tem um lugar pago, e defende que seja feito um estudo para que sejam colocados parquímetros.

Sugeriu que se avance para a criação dos transportes urbanos da Marinha Grande.

O deputado **Telmo Ferraz** disse ao deputado Saul Fragata que o problema que existe é da própria gestão da Câmara, porque daqui a dois anos ainda estão a dizer que esta Câmara não trabalha por culpa da anterior. Salientou que o problema não era da gestão dos parquímetros nem da gestão da frota. Referiu que o regulamento de taxas a aplicar no estacionamento condicionado, previsto inicialmente para a zona do centro tradicional encontra-se aprovado pela Assembleia Municipal desde Março de 2005, e caso se pretenda implementar é só proceder à adequação do tarifário à legislação em vigor. A Câmara Municipal, tem a legitimidade de poder aprovar em reunião de Câmara a extinção da TUMG que depois trás à Assembleia Municipal para votação. Portanto o problema não é da anterior Câmara é desta, e o que se está a discutir é o relatório

apresentado pelo Presidente do Conselho de Administração da TUMG. Realçou que os transportes urbanos são absolutamente necessários na Marinha Grande e os estacionamento são uma forma de captação de receitas e não se faz na Marinha Grande porque não há vontade política por parte do Presidente da Câmara, visto que foi com o seu voto de qualidade de Presidente da Câmara que se aprovou a proposta de extinção da TUMG.

O **Presidente da Assembleia** disse que em relação à recomendação do PSD, havia algum consenso para a apresentação de uma alternativa eficaz e credível que garanta a prestação de serviços de transportes públicos, em que todas as bancadas estão de acordo. Relativamente à extinção da TUMG, já não havia unanimidade. Informou que ia remeter a recomendação à Câmara com a intenção que venha a ser aprovada de outro modo, não a ia pôr à votação.

O deputado e Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande **Francisco Duarte** lembrou que há 12 anos se ouve dizer que a CDU foi culpada de todos os males que aconteceram neste concelho.

Deu conhecimento que as empresas que andam a construir na A 17 têm criado imensos problemas nomeadamente com as populações que estão junto ao empreendimento. Alertou para o péssimo estado em que foi deixada a estrada no Fagundo, assim como a estrada do Pêro Neto, e de quem é a responsabilidade da reconstrução daquelas estradas. Dado que nas reuniões com os técnicos de várias empresas que andam na construção daquela auto-estrada eles fizeram todos os prometimentos, e nada foi cumprido para além de lamentar a perda de áreas de cultivo significativas, que estão completamente arrasadas, porque os túneis de escoamento das águas pluviais são feitos de modo a não respeitar ninguém. Prometeram fazer a retenção de águas e o respectivo encaminhamento, e nada disto até hoje foi concluído. Neste sentido já foram ameaçados com uma providência cautelar por parte da Câmara na tentativa de resolver este problema. Alertou a Assembleia Municipal que os construtores da A17 não estão a respeitar nada nem ninguém. Apelou para a Câmara ter uma actuação mais firme junto das empresas responsáveis para cumprirem com as suas obrigações e não prejudicar daquele modo grosseiro as populações de Albergaria.

O deputado **José Luís** esclareceu que a CDU não é contra empresas Municipais, é sim contra empresas em situação de ilegalidade e sempre o foram desde que foi criada a TUMG, tanto nesta Assembleia como em reunião de Câmara. Portanto o que está em causa é o problema das máquinas e do alvará que subsiste desde que foi criada a TUMG, e sempre que há uma deliberação sobre estas matérias são deliberações ilegais. Salientou que quem paga aos motoristas é a Câmara. A proposta de extinção terá que vir à Assembleia Municipal devidamente fundamentada para apreciação e deliberação.

Relativamente às obras do centro da cidade, defende a ideia que não foram bem pensadas, não tiveram nenhum tipo de consulta pública, onde os interessados e a população fossem ouvidos. Opinou que ainda era possível acabar rapidamente estas obras, colocando mais gente a trabalhar, para que os prazos se possam cumprir e a situação seja resolvida. Disse que a Câmara tem o compromisso de fazer o saneamento, as circulares, assim como reparar e requalificar a rede viária e tudo isto irá custar muito dinheiro. Futuramente na apreciação da actividade da Câmara iram dizer se valeu a pena ou não ter disponibilidade em dinheiro para fazer estas obras que são importantes e estruturantes para a Marinha Grande.

O **Presidente da Assembleia** informou o deputado Pedro André que não lhe foi presente nenhum requerimento, a pedir os documentos que o deputado Rui Rodrigues tem em sua posse. Terá os adquiridos de outras formas que só ele poderá explicar quando quiser. Salientou que não houve tratamento diferente e todos os requerimentos que lhe são dirigidos a solicitar documentos, envio-os para a Câmara e têm sido todos atendidos.

O deputado **Pedro André** questionou se o documento da extinção da TUMG foi ou não votado em reunião de Câmara. Disse que ainda ninguém provou a incapacidade da empresa e o problema continua. Se algumas das partes está prejudicada tem que dizer porque o que está no relatório e foi aprovado pela Câmara é que na TUMG há custos, não tem capacidade e depois a questão legal era ultrapassada porque já receberam um relatório da universidade de Coimbra. Chamou a atenção que se andou um ano na ilegalidade sem funcionar, não se tomou uma decisão, de repente o estudo da viabilidade vem aprovado com uma comparticipação do estado. A questão da ilegalidade está ultrapassada, e extingue-se a empresa. Salientou que não compreendiam porque é que agora era feita a extinção quando a empresa começa a ter pés para andar.

O **Presidente da Assembleia** disse que punha algumas reservas nesse processo de compensação de custos.

O deputado **Rui Rodrigues** perguntou ao Presidente da Assembleia qual a resposta que tinha dado em relação à questão dos documentos.

O **Presidente da Assembleia** esclareceu que tinha dito que os documentos que o deputado mostrou na Assembleia não foram requeridos como deputado municipal.

O deputado **Rui Rodrigues** disse que não mostrou documentos, aludiu a documentos. Informou que quando pretendem ter acesso a documentos, a consulta de processos, a extracção de certidões ou pedido que sejam emitidas certidões é preciso manifestar o interesse. Disse que na questão de remunerações ao chefe de gabinete de um Presidente de Câmara é uma questão que é pública. Esclareceu o deputado Pedro André que se quiser consultar o processo terá todo o prazer em lhe fornecer os elementos que tem em sua posse. Salientou que os documentos não têm que ser solicitados necessariamente pela mesa, também pode haver algum deputado que consultou o processo, extraiu cópias e depois forneceu-as.

Em relação à TUMG é o exemplo de uma gestão casuística desta Câmara Municipal, principalmente do Presidente da Câmara que se contradiz.

O **Presidente da Assembleia** questionou o deputado se era na qualidade de advogado que tinha esses documentos.

O deputado **Rui Rodrigues** respondeu que foi na qualidade de deputado municipal. Em defesa da honra disse para o Sr. Presidente da Assembleia pedir à Câmara Municipal para ver se sobre este processo tem algum documento, alguma consulta, algum pedido de certidão, algum pedido de cópias subscrito por ele enquanto advogado ou enquanto deputado municipal ou outra qualidade. Disse não aceitar lições dessa

natureza nem ao Sr. Presidente nem a ninguém que ponha em causa a sua actividade profissional num parlamento como este.

O **Presidente da Assembleia** disse que ao chamar-lhe advogado não lhe feriu a sua honra. Se tivesse dito advogado formado na universidade independente ainda admitia que tivesse posto em causa a sua honra, como não disse isso, apenas disse advogado e o Sr. é advogado.

O deputado **João Cruz** referiu três questões bastante importantes para a Marinha Grande, em relação aos projectos do novo quadro comunitário:

Como vai ser financiado o próximo investimento que a Câmara pretende fazer?

Como vão dar condições às empresas para se estabelecerem na Marinha Grande através do alargamento da zona Industrial?

Como vão rever o PDM que está perfeitamente ultrapassado na Marinha Grande?

O deputado **Fernando Alves** questionou o porquê de estar um espaço enorme em frente ao Atrium para os táxis sem estar a ser utilizado. Salientou que uma vez que o mercado foi retirado dali, para deixarem lá apenas um ou dois lugares para táxis.

O **Presidente da Câmara** disse que relativamente ao atraso do correio irá reclamar, dado que os atrasos são significativos e injustificáveis para o preço que se paga de portes.

Em relação ao cruzamento com a Rua da indústria disse que estavam a estudar o assunto, não foram tão céleres quanto isso de qualquer forma já deram instruções aos serviços para estudar essa situação e tão breve quanto possível colocar lá o sinal.

Questionou o deputado Rui Rodrigues se tinha colocado mais alguma questão.

O deputado **Rui Rodrigues** perguntou se a Câmara tem ou não disponibilidades para pagar as remunerações que estão em falta desde Novembro de 2005 à ex-chefe de gabinete do Presidente da Câmara do anterior executivo.

O **Presidente da Câmara** informou que a Câmara tem disponibilidade a prazo, não está é cabimentado porque no orçamento e no plano de actividade que aprovaram essa verba não estava considerada. Portanto havia dinheiro mas não dotação para poder processar esse pagamento. Naturalmente iria ser considerado na próxima execução do orçamento e depois pago.

Foi interrompido pelo deputado **Rui Rodrigues** que questionou se estava ou não cabimentado.

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que o cabimento que lá estava era para o seu ordenado, que se houvesse pagamento teria que ser o dele primeiro que estava ao serviço. Não percebia porque é que senhora ex-chefe não recebeu em tempo oportuno. Informou que quando o orçamento e plano de actividades foram elaborados o executivo não tinha conhecimento da falta desse pagamento.

O deputado **Rui Rodrigues** interrompeu para ler um despacho do Presidente da Câmara que diz: - aliás, na alteração orçamental que estará presente na próxima reunião

camarária já se fizeram os cálculos e incluiu-se a verba em causa para posterior processamento.

O **Presidente da Câmara** respondeu que se referia ao processamento dos ordenados em atraso dos funcionários.

Em relação à folha financeira o executivo não deu qualquer instrução para mudar a forma como habitualmente era apresentada, foram os serviços que mudaram de qualquer forma atrás lá os elementos necessários.

Referiu que o problema da TUMG era de ilegalidades constantes, impedindo o bom funcionamento da Câmara e causando-lhe responsabilidades perante a justiça. Informou que teve que assinar coisas ilegais só para não parar o serviço dos transportes às crianças. Salientou que não estavam em causa os transportes colectivos porque sempre advogaram e defenderam que eram necessários para o Concelho. Informou que o executivo anterior encomendou autocarros que este executivo teve que arranjar dinheiro para os ir buscar dado que o fornecedor já ameaçava pôr uma acção contra a Câmara. Disse que propôs uma comissão que integrasse elementos de todas as forças políticas para fazer o diagnóstico da empresa e resolver todos os problemas, entretanto a TUMG pediu um parecer à universidade de Coimbra. Salientou que não teria pedido este parecer porque não necessitava dele para saber que esta empresa estava cheia de ilegalidades. Afirmou, que não se importava que a TUMG continuasse, mas se isso acontecesse não estava a ver quais as soluções para continuar com essas ilegalidades. Poderá assinar mas só com declaração de voto para que ficasse esclarecido de uma vez por todas que não assumia a responsabilidade pelas ilegalidades.

Dado que os deputados estavam a querer intervir, o **Presidente da Assembleia** disse que ficou esclarecido que o pedido de extinção por parte do Presidente da Câmara se baseia nas ilegalidades em que a TUMG estava a funcionar, e não queria continuar a ser conotado com esse tipo de situações. Informou que este assunto da extinção há-de vir à Assembleia Municipal para ser discutido e nessa altura os deputados têm oportunidade de argumentar o que entenderem.

O **Presidente da Câmara** informou que as actas de reunião de Câmara estavam em atraso no site por causa de uma deliberação da TUMG em que uma funcionária ficou incumbida de a redigir e só a semana passada é que teve acesso a esse trabalho. Reconhece que a funcionária teve muitas dificuldades na elaboração deste trabalho.

Referiu que a Câmara paga os ordenados aos funcionários que prestam serviço à TUMG, de seguida esta debita-os à Câmara, porque senão for assim não funciona. Informou que a empresa não tem alvarás para prestar serviços a outras entidades sem ser a Câmara.

Relativamente à questão de São Pedro de Moel, em dado momento apareceu um Engenheiro a dizer que tinha um processo parado há vários anos. Confrontou o responsável pelas obras particulares com o município e pediu para ser informado do que era necessário para avançar com o processo. Depois de estar entregue toda a documentação o processo avançou, e foi em reunião de Câmara, feita a aprovação urbanística do processo. Mais tarde apareceu o município a dizer que o assunto não tinha avançado. Neste sentido pediu ao chefe de serviço que lhe trouxesse o processo e perante a sua afirmação que tudo estava bem, despachou-o segundo o parecer favorável do Sr. Arquitecto chefe dos serviços. Ao contrário do que o deputado Telmo Ferraz disse, aquilo é que desencilhou o licenciamento. Afirmou que o Vereador João Paulo

Pedrosa mentiu no blog, e através do jornal e mesmo depois de lhe apresentar os documentos, continuou a mentir e abandonou a reunião.

Mais tarde apareceu outro munícipe dizendo que aquilo estava ilegal, pediu a intervenção do Engenheiro chefe para pegar num topografo e ver quem tinha razão, concluindo que o munícipe reclamava com razão. Como havia posições contraditórias os serviços técnicos tinham que resolver o assunto, no entanto mandou fazer um estudo à Universidade de Coimbra para ter a certeza de que lado estava a razão. Disse ainda que na ausência dum fiscal, foi a S. Pedro com o chefe da polícia e embargaram a obra. Salientou que depois de ter dispensado aos dois munícipes um atendimento VIP, o segundo reclamante o meteu em tribunal.

O Sr. **Luís Manuel Cardoso Mota**, um dos proprietários da obra embargada em S. Pedro de Moel interveio para dizer que já perdeu a paciência, dado este assunto já se arrastar à 6 anos. Informou que a sua obra estava de acordo com o PDM, e o problema era apenas uma questão de vontade. Disse que têm queixas ao IGAT, pedidos de indemnização e o tribunal deu-lhes razão em relação ao vizinho que alegou perda de privacidade e desvalorização da propriedade. Dado que já não estavam interessados nesta obra, propôs à Câmara para retomar os terrenos e que cada casa estava à venda por 25 mil contos.

O **Presidente da Assembleia** informou que o Presidente da Câmara estava atento ao assunto e iria dar-lhe sequência.

O **Presidente da Câmara** em resposta a algumas questões colocadas, começou por dizer que o projecto do Urbecom não foi da sua responsabilidade, iniciou-se antes do seu mandato mas já na qualidade de vereador da oposição, foi um dos primeiros que contestar a retirada dos estacionamento do largo Elidio de Carvalho. Referiu que mesmo antes da obra iniciar colocou o problema em reuniões de Câmara, ou continuavam com o projecto e recebiam o apoio comunitário, ou alteravam-no e corriam o risco de perder este apoio. Neste sentido, decidiram levar o projecto até ao fim.

Relativamente ao centro histórico disse que já estão a negociar a recuperação dos edifícios, assumindo o arrendamento deles.

Quanto ao pavilhão da Vieira de Leira, disse estarem convictos que não existe lá nenhum problema e por outro lado não está ilegal, como alguns deputados afirmavam e manipulavam os pais dos alunos e alguns professores. Procuraram não ser amachucados nem mal tratados como aconteceu nomeadamente a nível da Assembleia de Freguesia de Vieira. Informou que respondeu por escrito e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vieira é que não deu conhecimento aos membros dos órgãos na Assembleia de Freguesia. Disse que a partir da data que puseram o problema, pediram análises a todos os funcionários que exerciam a sua profissão no pavilhão. Verificaram que não havia o mínimo de risco para a saúde dos que têm estado mais tempo dentro do pavilhão. Referiu que a Comunidade Económica recomendou que futuramente não se fizessem mais instalações com aquelas coberturas, mas não pediu para destruir as que já existem. Chamou a atenção que a determinada altura o Sr. Delegado de Saúde foi pressionado por um grupo que tentava manipular contra este executivo, e a população de Vieira de Leiria pressionada também mandou um ofício à Câmara a dizer que o Sr. Delegado de Saúde mandou encerrar o pavilhão. Neste caso esperaram que viessem as análises pedidas pelo Sr. Delegado de Saúde. Entretanto começam a surgir vários pedidos para a sua utilização, mas não se podia ceder sem autorização do Delegado de Saúde, que mais

tarde depois de ter as suas análises – aceitou, dizendo para reparar uma telha partida e fazer limpeza. Um Industrial Vieirense protestou também por o pavilhão estar fechado, foi então decidido utilizar o Pavilhão nas condições em que estava.

Em relação ao parque de campismo foi adjudicado por um ano, ainda não conseguiram iniciar a construção de um novo nem estava em orçamento, mas já falaram com algumas entidades interessadas em construir, para se encontrar uma saída. No entanto já foram feitas algumas obras para melhorar as condições do existente.

Relativamente à TUMG, esclareceu que não se trata de enterrar os transportes, o que aconteceu foi tomar uma deliberação para propor à Assembleia Municipal o encerramento da Empresa, pelas razões já evocadas. Esclareceu que não era contra a constituição nem a continuidade, só não aceita é ser forçado a assinar coisas ilegais.

Disse não perceber porque é que queriam fazer passar a mensagem do aforramento, mas isso não o incomodava, só se houvesse incompetências, ilegalidades ou estrago de dinheiros públicos. Realçou que o aforramento salvaguardava os compromissos que a Câmara tem com as empresas fornecedoras.

Informou que as casas do Camarnal estão desabitadas, porque foram atribuídas pelo executivo anterior aos moradores que vão ser desalojados das barracas junto do estádio, simplesmente as obras pararam por terem sido embargadas pela CP, e não os pressionaram para mudança, mas em breve será resolvida essa situação.

Disse que os jardins são um problema porque numa semana são ajardinados na outra semana volta tudo ao mesmo, mas já viu uma relva sintética que pode ser solução para estes casos.

Em relação ao saneamento na Moita, posteriormente o Vereador Artur Oliveira irá fazer o ponto da situação das questões colocadas.

Relativamente à rua do Pinhal, acha que é uma rua onde o Sr. José Rodrigues que foi Presidente da Junta de Freguesia da Maceira iniciou a instalação de uma central, e para dinamizar aquele projecto que já vem da Câmara de Alcobaça, resolveu-se fazer um arruamento betuminoso para servir a instalação. De qualquer forma irá verificar se é isso e depois confirma.

Referiu que intervenção do deputado Francisco Duarte foi explícita em relação aos problemas da A17. Informou que nas reuniões que já teve com a população de Albergaria, o dono da obra comprometeu-se a cumprir. A Câmara limitou os horários para não prejudicar a população e houve pedidos por parte do Governo para cumprir com os prazos.

Relativamente à Associação do Pinhal Novo que foi aprovada na Assembleia Municipal já está em exercício e a desenvolver esforços no sentido de concretizar os objectivos para que foi criada, mas só irá ter aplicação quando houver informação acerca do novo quadro comunitário de apoio.

Em relação à zona Industrial, mantém-se o mesmo ponto de situação, está dependente do Governo Central. Informou que solicitou ao deputado Osvaldo Castro para fazer o favor de interceder junto do Governo mas nem mesmo as suas diligências tiveram êxito.

Informou que o PDM estava-se a desenvolver, mas não têm dinheiro para o entregar neste momento a um gabinete privado, entretanto a legislação sobre este instrumento de trabalho de urbanização está a ser desenvolvida pelo Governo Central com algumas reuniões feitas pelo país fora e que se propõe haver algumas alterações na sua elaboração, que podem vir a facilitar e a reduzir o tempo necessário para a sua elaboração, por outro lado reduzir os custos.

O estacionamento do Atrium foi ali instalado na perspectiva do mercado funcionar, o que pode não acontecer, de qualquer forma a situação vai ser analisada para encontrar uma solução.

O deputado **Paulo Vicente** pediu esclarecimento relativamente à resposta que o Sr. Presidente deu sobre o pavilhão da Vieira de Leiria. Referiu que foi a própria Câmara que relatou nos órgãos de comunicação social todas as diligências que vinham a ser feitas relativamente à cobertura do pavilhão. E foi através da Câmara que teve conhecimento que um grupo de educação física alertou para esse problema, que a Câmara posteriormente consignou uma verba em plano de actividades e orçamento destinada a uma nova cobertura do pavilhão. Acrescentou que soube da recusa dos professores de educação física em utilizarem aquela infra-estrutura desportiva, e não admitia qualquer tipo de insinuação por parte do Sr. Presidente que ele estava por detrás dessa situação.

Referiu que a Assembleia de Freguesia quando tomou conhecimento, aprovou uma moção recomendando à Câmara para resolver o problema. Posteriormente a Câmara enviou a resposta e o Presidente da Junta de Freguesia numa Assembleia leu e deu conhecimento da correspondência recebida e isso consta nas actas. Chamou a atenção que o Sr. Presidente estava mal informado e tirou daí ilações de uma coisa que lhe disseram e não o deveria ter feito.

O **Presidente da Câmara** disse que falou no Presidente da Assembleia de Freguesia que não era o deputado Paulo Vicente e que apresentaram uma moção à Câmara em que lhe respondeu e teve o cuidado de perguntar a alguns membros da Assembleia de Freguesia se tinham conhecimento da resposta. Tendo estes respondido que não e que nas Assembleias quando esteve presente esse assunto não foi tratado.

O deputado **Paulo Vicente** disse que numa Assembleia seja Municipal ou de Freguesia, têm o período antes do dia e a ordem do dia, dá-se conhecimento da correspondência recebida no início da sessão no período antes da ordem do dia e fica registado em acta. Logo o Sr. Presidente não teve conhecimento porque quando chegou já se estava a discutir o 2º ponto da ordem de trabalhos.

O **Presidente da Assembleia** disse que provavelmente foi dado conhecimento que havia correspondência, mas era possível que não tivesse sido lida.

Informou que a próxima Assembleia Municipal irá ser realizada no Auditório da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria.

Posto isto, anunciou que ia passar a palavra ao público, dispondo de 5 minutos cada.

A Sr^a **Deolinda Rosa Dionísio dos Santos** veio mais uma vez debater o problema da inclusão da etnia cigana como cumprimento da Declaração dos Direitos Humanos, que se encontra como anexo nº 11 à presente acta.

O **Presidente da Assembleia** questionou os deputados se entendiam que a Assembleia Municipal devia subscrever o documento que foi entregue, proveniente da ANMP.

Dado que nenhum deputado se opôs, anunciou que a Assembleia Municipal irá subscrever o documento.

O Sr. **Imércio Pereira Duarte Garcia** disse que continuavam sem poder dormir e ter que trabalhar todos os dias, só porque vivem próximos do bar da Fábrica da Palha. Era de lamentar que o Sr. Presidente da Câmara continue impávido e sereno como se nada se passasse não querendo saber da qualidade de vida e saúde dos seus munícipes.

Realçou que era a qualidade de vida que exigem porque têm direito a ela perante a lei. Neste sentido, referiu a constituição portuguesa no artigo 66º, descrevendo algumas alíneas sobre os direitos básicos, que não estão a ser cumpridos junto ao dito bar, nomeadamente em relação à poluição sonora.

Referiu que o Sr. Presidente tem que rever o licenciamento deste estabelecimento, por tudo o que lá se tem passado afigura-se esta ilegal e anti-constitucional, pois a prova disso foi a medição dos decibéis efectuada e apurada pela sub-região de saúde de Leiria. Apesar de não ter sido o Sr. Presidente da Câmara que passou esta licença, deveria cumprir com a lei como prometeu. Apelou para que tenha boa coragem para servir todos os Marinhenses.

O Sr. **Carlos Manuel Antunes Oliveira Rosa** interveio para expressar o seu descontentamento na retirada dos subsídios aos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, fazendo uma exposição que se encontra como anexo nº 12 à presente acta.

O Sr. **Armando da Luz Ferreira** solicitou que nesta Assembleia Municipal ou em reunião de Câmara lhe fosse dada a oportunidade para aprovação de uma Moção, para fazer um baixo assinado e enviar ao Tribunal Europeu em colaboração com a Comissão do Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres.

Solicitou à Câmara que mandasse reparar os sanitários da praia da Vieira porque se encontravam em mau estado.

Sugeri que fosse colocada uma melhor sinalização no cruzamento da Rua Joaquim Pedrosa Feteira com a rua da Industria. Salientou que já fez um abaixo-assinado para lá colocar semáforos e até hoje ainda não foram.

Alertou para a necessidade de reparação no Exlibres da Vieira de Leiria, assim como a grua que lá se encontra já deveria ter sido retirada. Solicitou ao Sr. Presidente que reveja estes problemas e dê solução, para dar uma alegria aos Vieirenses que bem o merecem.

O Sr. **José Figueira** informou que houve uma empresa que fez uma limpeza de esgotos na via publica perto da sua habitação provocando inundação nas casas de banho do seu primeiro andar. Chamou a atenção ao encarregado e como não se entendeu com ele chamou a policia que por sua vez chamou um técnico da Câmara que só se preocupou em saber quantos anos tinha a casa, e se tinha licença de habitabilidade. Tendo respondido afirmativamente. A opinião do encarregado é que o problema era da má concepção dos esgotos. Neste sentido expôs o seu caso ao Sr. Vereador Artur Oliveira que perante o que lhe explicou e caso viesse a ter prejuízos, a Câmara assumia-os.

Solicitou à Câmara que lhe fosse passado um documento escrito onde assumia os estragos, caso o chão venha a levantar por causa desta situação, caso contrário teria que fazer queixa da empresa que estava a prestar o serviço.

Disse que costumava participar nos passeios pedestres ao domingo organizados pela Câmara Municipal e que este ano ainda não tinha começado, questionou o Sr. Presidente se era para continuar ou não.

O **Presidente da Câmara** em resposta às questões colocadas pelo público disse à Srª Deolinda Santos que ele próprio e o executivo concordavam com os princípios que

defende. Felicitou-a pelo seu trabalho e determinação em defender um extracto social que era injustamente tratado pela sociedade em geral. Informou que já tinha redigido uma carta à Sr^a Deolinda a pedir a sua ajuda para comportamentos menos convenientes de alguns ciganos, aproveitando a sua experiência.

Realçou que estavam atentos ao problema, e o que era possível fazer em prole desses princípios faziam, mas não era um problema fácil porque havia algumas reclamações da população.

Relativamente ao problema colocado pelo Sr. Carlos Rosa informou que não o tinha descorado e estava a estudá-lo. Lamentava é que o Sr. Carlos Rosa e outras pessoas que pensam da mesma maneira não façam a sua pressão no sítio certo, porque de facto a Câmara não tinha competência nessa área, fá-lo apenas por compreensão social e vai continuar a fazê-lo. De qualquer forma já verificou que a maioria dos bombeiros deste país estavam em piores condições em relação aos apoios que recebem do que os da Marinha Grande, mas de qualquer maneira a Câmara ia continuar a apoiar como é de sua obrigação mas dentro das limitações financeiras e das suas competências.

Quanto à preocupação do Sr. Armando Ferreira em relação à defesa do rio Lis, solidariza-se com ele e fará tudo o que for preciso, porque este problema o aflige bastante mas que lhe faltam os meios para poder exercer alguma influência capaz de resolver este gravíssimo problema. Disse que quando recebeu uma informação de que as águas da praia da Vieira estavam insalubres e prejudicavam a saúde pediu ao Sr. Delegado de Saúde para fazer as análises nesse próprio dia, verificando que não era alarmante a situação da água, e estava normal. Salientou que a única coisa que pode fazer é reiterar através de ofícios e reclamar para o Ministério do Ambiente.

Disse não saber qual era a moção, mas não tinha qualquer problema em a assinar. Informou que estava disponível para ajudar a resolver esse grave problema ambiental, não só no Concelho da Marinha Grande como no de Leiria.

Em relação aos sanitários da Praia da Vieira de Leiria já foram desenvolvidos os processos, só faltava a adjudicação para serem construídos se possível antes do Verão.

Relativamente ao cruzamento vão tomar medidas imediatas, assim como procurar solucionar a questão das passadeiras.

Em relação à grua, já notificou a empresa para ser retirada, já levantou um auto por não ter cumprido a instrução, só que a Câmara não tem meios para fazer cumprir as notificações, razão porque ainda lá continua a estar, mas irá contactar uma empresa transportadora para a retirar de lá.

Referiu que o problema que aconteceu na casa do Sr. José Figueira foi um acidente que ainda não estava esclarecido, mas a primeira abordagem que o vereador Artur Oliveira fez com o nosso técnico é que deve ter sido uma ligação mal feita à rede de esgotos pública pela Empresa que presta esse serviço à Câmara. Neste sentido quando a empresa a quem está adjudicado o serviço da limpeza entrou pelo colector da ligação e fez o estrago, ela nesse caso assumirá as responsabilidades. Pediu desculpas pelo sucedido e que iram acompanhar esta situação.

O Presidente da Assembleia informou o Sr. Imércio Garcia que a questão que colocou ia ser respondida por escrito conforme a legislação.

Por nada mais haver a tratar, deu por encerrada, pelas duas horas e trinta minutos, a sessão, cuja acta será assinada pelo Presidente e pelos Secretários.

O Presidente da Assembleia Municipal

A 1ª Secretária

O 2º Secretário